

Jefté Brandão Januário

**A Questão Christie sob o olhar da imprensa
catarinense no ano de 1863**

Florianópolis
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CFH CURSO DE HISTÓRIA**

Jefté Brandão Januário

**A Questão Christie sob o olhar da imprensa
catarinense no ano de 1863**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura em História. Orientadora: Prof^a Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Januário, Jefté Brandão

A Questão Christie sob o olhar da imprensa catarinense no ano de 1863 / Jefté Brandão Januário; orientadora, Beatriz Gallotti Mamigonian - Florianópolis, SC, 2013. 96 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Santa Catarina. 3. Diplomacia. 4. Imprensa. 5. Escravidão. I. Mamigonian, Beatriz Gallotti. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às dez horas e trinta minutos, no Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, Orientadora e Presidente, pelo Doutorando André Souza Martinello, Titular da Banca, e pela Professora Sandra Oenning da Silva, Suplente, designados pela Portaria nº 64/HST/13 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico Jeffé Brandão Januário, subordinado ao título: "A Questão Christie sob o olhar da imprensa catarinense no ano de 1863". Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora Beatriz Gallotti Mamigonian a nota final 7,0, do Doutorando André Souza Martinello a nota final 7,5, e da Professora Sandra Oenning da Silva a nota final 7,5, sendo aprovado com a nota final 7,5. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, impresso de acordo com as normas da Biblioteca Universitária e em formato digital, ao Departamento de História, até o dia seis de dezembro de dois mil e treze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 28 de novembro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof.a Beatriz Gallotti Mamigonian Beatriz Gallotti Mamigonian

Doutorando André Souza Martinello André Souza Martinello

Prof.a Sandra Oenning da Silva Sandra Oenning da Silva

Candidato Jeffé Brandão Januário Jeffé Brandão Januário

Este trabalho é dedicado à Yahvé,
o Clemente, o Indulgente. Que a
glória e a honra sejam dadas à Ele
para todo o sempre, em nome de
Cristo.

Agradecimentos

Em todos esses anos de UFSC, tenho que agradecer aos meus pais, o Sr. Januário e a Sr.^a. Marlene pela preocupação com o seu primogênito e herdeiro, preocupação essa em inculcar não só em mim, mas no meu irmão Jafé valores espirituais, morais e disciplina.

Quero também agradecer aos colegas, amigos e amigas que fiz na UFSC nesses mais de quatro anos que estou nesta instituição, em especial: Éric Alves, Elis Marina, Jaime Silva, Pedro Mülbersted, Everton Caetano, Yuri Lueska, Mayra Hartmann, Guilherme Oliveira, Doris Mbayi, Joana Coradi, André Gerent, Josiély Koerich e tantos outros com quem eu tive a oportunidade de conversar e conhecer. Que Deus os abençoe.

Também externo minha amizade àqueles amigos e amigas que apesar de não estudarem na UFSC, sempre estiveram presentes nas horas de descontração: Matheus Scaravonatto, Marta Scaravonatto, Marina Scaravonatto, Douglas de Menezes, Phillippe Newton e Roberto Ferreira. Não esqueço a professora do ensino médio, a prof.^a Jussara Decker. Que Deus os abençoe.

Não poderia deixar de agradecer a Prof.^a. Beatriz Galotti Mamigonian, pela sua paciência e disposição de me orientar neste TCC. As suas conversas clarearam a minha mente para ir atrás daquelas fontes que trariam substância para esta pesquisa.

Seria uma injustiça se eu não mencionasse o Projeto Fortalezas Multimídia, coordenado pelo Arquiteto Roberto Toner, meu chefe de estágio. Aprendi muito com o Toner e levo comigo muitas lembranças de

lá. As amizades que cultivei com todos os envolvidos no Projeto Fortalezas levarei na memória.

Eu não poderia deixar de lado os funcionários públicos que me ajudaram na elaboração deste trabalho. Agradeço o Sr. Machado, da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, que não só trazia as encadernações ou micro-filmes dos Jornais *O Despertador* e *O Mercantil*, mas falava um pouco da história de Florianópolis, para um jovem nascido na cidade do Crato, Ceará. Também agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, em especial a Giovânia e Paulo.

Quero lembrar das amizades feitas na 14^a Brigada de Infantaria Motorizada de Florianópolis, principalmente ao capitão Lima. O pouco tempo que passei na Brigada pesquisando alguns documentos, e servindo como guia da tropa não serão apagadas da memória.

Por fim, agradeço aos professores e funcionários técnicos que conheci na UFSC, pelas conversas e orientações que busquei, e pela receptividade que encontrei.

Sumário

Resumo	9
Introdução.....	11
Capítulo 1 - O começo da disputa diplomática.....	14
1.1 Esclarecimentos sobre os episódios do Prince of Wales e do Forte.....	18
1.2 O problema da escravidão no pano de fundo da Questão Christie.....	25
1.3 Rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra, e a construção da soberania brasileira.....	31
Capítulo 2 - Os ministros imperiais na condução da Questão Anglo-Brasileira.....	47
2.1 Os jornais O Mercantil e O Despertado.....	49
2.2 Guerra de palavras: O papel do jornal como ponta de lança na guerra verbal.....	51
2.3 A questão Christie desperta o patriotismo em Santa Catarina.....	63
Capítulo 3 - O fim da Questão Christie.....	82
Conclusão.....	87
Fontes Primárias.....	94
ReferênciasBibliográficas.....	91

Resumo

A Questão Christie foi uma crise que eclodiu em 1863 e levou o Brasil e a Inglaterra a romper relações diplomáticas. As causas para tal ruptura foram, para todos os efeitos, a inércia do governo brasileiro de resolver o mistério do afundamento de uma embarcação inglesa no Rio Grande do Sul em 1861, e a falta de punição dos militares brasileiros que prenderam três marujos ingleses na Tijuca, no Rio de Janeiro, em 1862. A pressão britânica sobre o tema da manutenção da escravidão no Brasil esteve no pano de fundo e, apesar de não figurar entre as causas oficiais, explica a animosidade nas relações entre os dois impérios.

Palavras chave: Questão Christie, Abolição do Tráfico de Escravos, Escravidão, Diplomacia.

Introdução

O que foi a "Questão Anglo-Brasileira"? Foi uma crise entre as diplomacias brasileira e inglesa no século XIX, que culminou no ano de 1863, com o rompimento de relações diplomáticas entre os dois países. Hoje na história, conhecemos esse episódio como Questão Christie, nome dado em referência ao embaixador inglês no Brasil naquele ano, William Douglas Christie, e apontado como o responsável pelo acirramento da tensão entre as duas nações. O foco do trabalho é ver como os jornais brasileiros na época incitaram o patriotismo e o nacionalismo do povo, em preparação para uma possível guerra. Além disso, procuro analisar o impacto social que a "Questão Anglo-Brasileira" trouxe naquele ano, sob a visão dos jornais aqui estudados.

A "Questão Anglo-Brasileira" alcança o seu auge quando o embaixador britânico Christie faz represálias em cobrança à posição do governo brasileiro com respeito ao afundamento da embarcação Prince of Wales no Rio Grande do Sul, e vai até o rompimento total das relações diplomáticas entre os dois países. Para entender o assunto proposto, este trabalho pretende analisar dois jornais da província catarinense que noticiaram esse imbróglia diplomático, *O Mercantil* e *O Despertador*. Conforme Thiago Dias¹ mostrou, esses dois periódicos eram dirigidos por dois políticos influentes da cidade, mas de partidos diferentes. É importante destacar isso, pois como escreveu o jornalista e historiador Mauro Silveira "a afirmação da imprensa, no século XIX, deve-se muito à presença dos homens públicos nos jornais. O entrelaçamento entre a

¹ DIAS, Thiago Cancelier. **Questão religiosa catarinense: as disputas pelo direito de instruir (1843-1864)**. 2008. 152 p. Dissertação (Migrações, Construções Sócio-Culturais e Meio-Ambiente). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

classe política e o jornalismo era mais evidente na América do Sul".² Ou seja, esse poder político na imprensa fez com que a opinião pública, passasse a ser também uma opinião publicada.

Também foi analisado um artigo do jornal de Minas Gerais, *O Compilador*, que trouxe uma discussão que saiu na Assembleia Provincial sobre quem devia receber os *louros* pela condução diplomática da "Questão Anglo-Brasileira".

Tanto os jornais *O Mercantil* como *O Despertador*, utilizavam muitas vezes partes de outros jornais do Brasil - por exemplo *O Diário Oficial do Rio de Janeiro*³ -, para trazer para Desterro as notícias sobre a "Questão Anglo-Brasileira". Será objeto de análise nos jornais a maneira como a mídia em momentos tão delicados "moldava" o pensamento da população com estratégias sensacionalistas. É claro que essa influência era relativa, pois nem todos, assim como hoje, são levados pelas coisas escritas na imprensa.

A crise desencadeada por esse desentendimento diplomático foi tão grave que fez com que o Brasil em 1863 procurasse a França para equipar suas forças armadas.⁴ Sobre o exército do Brasil na "Questão Anglo-Brasileira", será estudado como o governo se preparou para um possível confronto militar. Se no século dezenove o governo recrutava homens a força, como se daria o

² SILVEIRA, Mauro César. **Adesão fatal**: a participação portuguesa na Guerra do Paraguai. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2003. p. 43, 44.

³ **O Despertador**, 21 de agosto, 1863.

⁴ Castro, Adler Homero Fonseca de. **Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai**. 2007. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Armamento%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf> Acessado em 22/07/2011.

recrutamento para as fileiras do exército no caso de um conflito com a Inglaterra?

A "Questão Anglo-Brasileira" desafia a entender de que forma a crise nas relações bilaterais entre Brasil e Inglaterra afetou os brasileiros e nesse caso exploraremos os desenvolvimentos em Santa Catarina. O trabalho teve como objetivos específicos procurar entender como a imprensa incitou os mais diferentes setores da população ao patriotismo, como noticiou a Questão Christie e como criou uma glória em torno da imagem do Imperador Dom Pedro II em 1863.

Capítulo 1 - O começo da disputa diplomática

A Questão Anglo-Brasileira se originou de dois episódios aparentemente normais. O primeiro ocorreu no Rio Grande do Sul, na praia do Albardão (localiza-se no atual município de Santa Vitória do Palmar, no estado brasileiro do Rio Grande do Sul)⁵ no dia 7 ou 8 de junho de 1861.⁶ Uma embarcação, que mais tarde se soube que era chamada de Prince of Wales sofreu um naufrágio.⁷ Foram encontrados 10 corpos de marinheiros pertencentes à embarcação um pouco longe da praia. Alguns “barris e caixas de marinheiros tinham sido despedaçados sobre a praia, porém outros haviam sido evidentemente abertos e roubado o seu conteúdo”.⁸ Um representante da Inglaterra, M. Vereker (ou Werekker), que na época era cônsul na cidade portuária de Rio Grande acompanhou o caso. Levantou a denúncia de que os marinheiros de nacionalidade britânica tivessem sido assassinados após o naufrágio, e que seus pertences tivessem sido roubados, uma vez que não foram encontrados dinheiro ou relógios junto aos corpos, e que alguns cadáveres estavam seminus. O governo brasileiro havia-se mostrado cauteloso quanto à hipótese de que esses marinheiros tivessem sido realmente mortos, pois o naufrágio aconteceu em local

⁵ disponível em: <http://www.riogrande.com.br/turismo/fronteira1.htm> Acesso em: 29/11/2013.

⁶ **O Mercantil**. Desterro, 18 jan. 1863. p. 2.

⁷ O HMS Prince of Wales fazia parte de uma série de navios construídos ou comprados ao longo de alguns séculos na Inglaterra e que integrava uma parte da marinha britânica, todos eles possuindo o mesmo nome. O que sofreu o naufrágio deve ter sido o quinto, lançado em 1860. Disponível em: <http://www.royal-navy.org/> Acessado em: 30/11/2013.

⁸ **O Mercantil**. Desterro, 18 jan. 1863. p. 3.

‘deserto e inóspito’ para que “fossem praticados por súbditos brasileiros sobre estrangeiros inermes”.⁹

O segundo caso ocorreu no Rio de Janeiro, no morro da Tijuca, no ano de 1862. Três marinheiros ingleses, incluindo um capelão, estavam voltando bêbados para a Fragata *Forte*, estando os três à paisana, quando se depararam com uma barreira policial. Os três não obedeceram à ordem de se identificarem, recusando a “declinar seus nomes e qualidades”¹⁰ o que gerou uma briga corporal entre os militares brasileiros e esses ingleses. Os três britânicos foram presos. Como já havia cobrança de explicações sobre o naufrágio, esse episódio agravou o diálogo entre os representantes britânicos no Brasil e as autoridades diplomáticas brasileiras, porque Christie passou a exigir tanto a indenização como a retratação para os seus militares.

Explicando aos seus leitores o estopim da crise, O Mercantil relatou que no final de dezembro de 1862, William Christie

mandou afixar às portas do consulado da sua nação um aviso ao comercio, no qual declarava que não querendo o governo do Brasil pagar ou indenizar o valor da carga e frete do navio Prince of Wales, naufragado nas costas do Albardão no Rio Grande do Sul, e nem dar satisfações pelo mau tratamento que receberam três oficiais da fragata inglesa Fort, três bêbados que atacaram a

⁹ O Mercantil. Desterro, 18 jan. 1863. p. 4

¹⁰ Ibidem. 13 jan. 1863. p. 1.

sentinela de uma guarda policial estabelecida no morro da Tijuca, passava a usar da força superior, ordenando ao almirante Warren, que imediatamente procedesse a captura de navios nacionais como represália, cujos navios ficarão retidos até serem dadas satisfações exigidas¹¹

De fato, o navio inglês de nome *Stromboli* aprisionou cinco barcos na baía da Guanabara. Foram eles:

Vapor Parahyba, de Ubatuba, com carga de café, propriedade dos Srs. Cornélio & Filhos, avaliado pelos apesadores em 120.000\$; Patacho Ghaves I, de Benevente, com madeira, café e milho, propriedade de D. Clara Maria Ferreira, avaliado em 24.000\$; Palhabote Trinta e um de outubro, da Barra de S. João; Sumaca Áurea, da Victória com café; Sumaca Voadora, vinda de Angra.¹²

Segundo o noticiário, as embarcações do Rio foram levadas para a enseada da Ilha de Palmas (RJ), onde eram vigiadas por outro navio inglês de nome *Crenew*.¹³ As tripulações dos navios foram levadas da ilha para o continente de bote. Um patacho, provavelmente se referindo ao Patacho *Ghaves I*, tinha resistido ao

¹¹ **O Mercantil**. Desterro, 11 jan. 1863. p. 2.

¹² **O Mercantil**. Desterro, 13 jan. 1863. p. 3-4.

¹³ *Ibidem*. p. 4.

aprisionamento, o que fez com que um desses navios ingleses atirasse contra a embarcação, ‘arruinando-lhes a borda falsa’.

Após esse relato, *O Mercantil* fechou a notícia dizendo: “Está consumado o acto de violência. Resta-nos vingar a dignidade nacional tão covardemente ultrajada”.¹⁴ A partir daí, é que começa entre as várias províncias brasileiras a onda de indignação contra o governo inglês. Nos meios de imprensa, começaram a sair cada vez mais notícias incitando o patriotismo do povo. A intenção dos jornais, e isso não foi diferente com o *Mercantil* e o *Despertador* da província de Santa Catarina, era incitar a população a dar um basta nos longos anos em que a Inglaterra fazia o que queria em território brasileiro, e nada se resolvia para dar um basta a tanta humilhação. Os redatores dos jornais tiveram o cuidado de não culpar o governo pela falta de ação, mas pelo oportunismo em que o governo britânico tomou tais medidas: “o ministro da altiva Inglaterra (William Douglas Christie), aproveitando-se da ausência de muitos de nossos vasos [navios] de guerra, ousou fazer ao governo exigências as mais descomunais”.¹⁵

A posição do Brasil, frente às exigências inglesas não tardaram. Dom Pedro II, através do ministro Abrantes, concordava em primeiro lugar pagar a indenização de mais de 6.000 Libras à Inglaterra, conquanto as embarcações nacionais fossem liberadas. Porém, com respeito à segunda exigência, o Brasil “julgava preferível, e mais honroso sofrê-los [as consequências que seriam tomadas por parte da Inglaterra], do que sacrificar o decoro e a dignidade

¹⁴ *Ibidem.* p. 4.

¹⁵ *Ibidem.* p.2.

nacional”.¹⁶ Em outras palavras, seguir as ordens e o mando de outra nação nesse respeito, era o mesmo que ofender a soberania nacional.

Foi nos primeiros dias de janeiro de 1863 portanto, que o público catarinense começou a ter notícia da crise e dos episódios associados à sua origem. Nas semanas e meses seguintes, os jornais publicariam documentação oficial e novos relatos do desenrolar das negociações entre os dois países.

1.1 Esclarecimentos sobre os episódios do Prince of Wales e do Forte

No fim de janeiro de 1863, *O Mercantil* publicaria correspondência entre o ministro brasileiro dos negócios estrangeiros e o representante britânico no Brasil em “**Nottas trocadas entre o Sr. Márquez de Abrantes e o Sr. Christie**”.¹⁷ Miguel de Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes) buscou eximir a responsabilidade de brasileiros nos assassinatos da tripulação do *Prince of Wales* dizendo a Christie que a costa do Albardão era frequentada por homens de má índole, naturais do Estado Oriental, habitantes das proximidades do Chuy.

O Sr. Carvalho Moreira (futuro Barão de Penedo), representante brasileiro em Londres, declarou em correspondência datada em 2 de março de 1863 que o cônsul Vereker foi o responsável pelas “asserções” e por “uma série de deduções infundadas e de suspeitas injustas contra as autoridades brasileiras e contra as fórmulas do processo” na investigação sobre as causas do naufrágio e o

¹⁶ Ibidem. Desterro, 13 jan. 1863. p. 1.

¹⁷ **O Mercantil**. Desterro, 29 jan. 1863. p. 1.

desaparecimento dos marinheiros. Dessa forma, disse o Sr. Carvalho Moreira ao Lord Russell,

que a força destas suspeitas deve ser, por fim, mitigada na opinião do governo britânico, quando se recorda que aquele Sr. Vereker foi tão longe que concebeu suspeitas de terem os habitantes do Rio Grande conspirado contra sua vida, e que o Sr. Christie, depois de ter comunicado pessoalmente com o cônsul, considerou seu dever declarar ao governo do Brasil, que estava convencido de que o Sr. Vereker laborava em uma ilusão, e que suas apreensões não eram fundadas.¹⁸

Inicialmente a indenização teria sido calculada em 6.525 libras esterlinas, correspondendo carregamento e provisões” ao equivalente a 5.500 libras, o “frete” ao valor de 1.025.19 cents. Isso correspondia à época, em moeda brasileira, 58. 015 \$ 686 réis (cinquenta e oito contos de réis).¹⁹ Por fim, o valor pago foi de 3.200 libras.²⁰ Segundo correspondência de Carvalho Moreira noticiada n’*O Mercantil*, essa quantia seria paga com o propósito da marinha britânica acabar com aprisionamentos de embarcações brasileiras “nas próprias águas do império a título de represálias”.²¹ Sobre isso, a correspondência da

¹⁸ *O Mercantil*. Desterro, 30 abr. 1863. p. 2,3.

¹⁹ *O Mercantil*. Desterro, 18 jan. 1863. p. 1.

²⁰ *O Mercantil*. Desterro, 30 abr. 1863. p. 1.

²¹ *Idem*. p. 1.

Legação Imperial em Londres - cujo trecho foi publicado no *Mercantil*, datada de 26 de fevereiro de 1863, dizia:

Finalmente, pondo à disposição de S. M Britânica a soma de 3.200 libras pelo naufrágio do Prince of Wales, o abaixo assinado declara em nome de seu governo [Brasil], que este pagamento feito deste modo ao governo inglês, é consequência das violências e ilegalidades cometidas contra os navios brasileiros nas próprias águas do império, e simples resultado da força, sem implicar, de modo algum a admissão de direito ou de injustiça do lado do governo inglês. O abaixo assinado, fazendo este protesto perante o governo de sua majestade Britânica para seus legítimos efeitos, reserva o direito de pedir, em nome do seu governo [Brasil], satisfação pela violação da soberania territorial, por terem sido capturados e detidos, nas próprias águas do império, por navios de guerra da marinha inglesa, cinco navios de propriedade de brasileiros, a título de represálias, e também reserva o direito de pedir uma indenização pelas perdas resultantes desta captura; sob estas reservas, o abaixo assinado protesta actualmente, e toma liberdade, &.

— C. Moreira.²²

²² **O Mercantil**. Desterro, 30 abr. 1863. p. 1.

A indenização requerida pelo embaixador Christie foi paga em fevereiro “sob protesto”, porque como escreveu Paulo Almeida, o imperador “tinha por princípio não discutir questões de dinheiro quando se tratasse da honra nacional, motivo pelo qual tratava de ordenar as indenizações pedidas”.²³ Esse dinheiro, mesmo depois que o Rei dos Belgas, Leopoldo I, mediador da questão entre os dois países, deu o caso ganho a favor do Brasil, nunca foi restituído para a coroa brasileira. Pelos jornais, o público ficava ciente do desenrolar da intriga diplomática. Reproduzir a correspondência oficial era prestar contas das ações do governo imperial apoiar a tentativa do governo de ser transparente.

Como ficou o caso dos três marinheiros britânicos presos? Em um primeiro momento, as investigações feitas pelas autoridades brasileiras comprovou que os militares britânicos estavam certos, e que o depoimento dos três não entravam em discordância. Em “**Notas trocadas entre o Sr. Marquez de Abrantes e o Sr. Christie**” datada de 5 de dezembro de 1863, Abrantes diz que “O governo de sua majestade examinou cuidadosamente os depoimentos e provas apresentadas neste caso, senão que a versão dos três oficiais é verdadeira, e que a defesa apresentada [que representava os militares brasileiros] não merece crédito”.²⁴

Segundo o relato apresentado, a história foi essa:

²³ PAULO, Roberto de Almeida. **Formação da diplomacia econômica no Brasil**: as relações econômicas internacionais no Império. São Paulo. Ed. Senac. 2001. Pg. 192.

²⁴ **O Mercantil**. Desterro, 5 dez. 1863.

Tendo obtido permissão para irem a um passeio, jantaram moderadamente em um hotel no alto da Tijuca, e apressaram-se para alcançar o ônibus, que partia para a cidade, quando passaram diante da sentinela da guarda da Tijuca. O Sr. Clemenger, capelão, que vinha adiante com Mr. Comby foi abordado pela sentinela, e teve apenas tempo para perguntar-lhe em espanhol, o que queria, quando este deu-lhe com a coronha da espingarda, e feriu-lhe com a baioneta. A sentinela chamou ao mesmo tempo pela guarda, que precipitou-se sobre os três oficiais, e, depois de muita violência, conduziram-os para o corpo da guarda: só o tenente Pringle fez alguma resistência à violência brutal usada contra eles.²⁵

Assim como a coroa britânica exigiu a indenização pela perda do Prince of Wales, ela também, através do seu embaixador Christie, havia exigido que os militares brasileiros fossem punidos. Para exemplificar a arrogância de Christie, o jornal reproduziu suas exigências:

1º; que se dê baixa do serviço de alferes da guarda. 2º; que a sentinela, que provocou o conflito seja adequadamente castigada. 3º; que uma satisfação seja dada pelo governo Imperial por esta ofensa aos oficiais da marinha britânica. 4º; que o chefe da polícia e o

²⁵ Ibidem.

oficial, que recebeu os três oficiais na polícia da corte, sejam publicamente censurados.²⁶

Havia grande ressentimento a respeito dos direitos que os súditos britânicos no Brasil gozavam, com base em acordo diplomático assinado na época do reconhecimento da independência. Tinha-se a impressão de impunidade, de qualquer cidadão inglês, fosse ele civil ou militar, podia fazer o que quisesse em terras brasileiras, que tinha imunidade judicial. Sentia-se que se alguma autoridade policial brasileira flagrasse um inglês no Brasil criando desordem, esse, dizendo que era inglês, a polícia simplesmente tiraria o chapéu, pediria desculpas e tinha que ir embora sem poder fazer nada. Ninguém melhor do que o relato do viajante Seidler, que esteve no Brasil em 1825 para narrar isso:

Tal qual em sua pátria, os ingleses têm aqui [Brasil] o louvável costume de pelo fim do dia iluminar de tal maneira o sótão com forte vinho do Porto que não raro são vistos a cambalear pelas ruas da cidade, ridiculamente, a se ampararem com ambas as mãos às paredes. A polícia no Rio [onde os três marinheiros ingleses foram presos] tem a ordem de prender os ébrios e levá-los à cura pelo sono em qualquer posto de guarda, mas ela nunca se atreve a aplicar essa ordem a qualquer desses “gentlemen”, sem antes lhes perguntar pela nacionalidade. Ouvindo o significado “eu sou

²⁶ **O Mercantil**. Desterro, 5 dez. 1863.

inglez”, o comandante da patrulha respeitosamente tira o chapéu e afasta-se humildemente sem mais palavra. Tais quais se passam as coisas nas câmaras nos passeios, nos edifícios públicos: domina em toda parte a insolência da “Old England.”²⁷

Em meados de 1860, ou seja, um ano antes do afundamento misterioso do HMS Prince of Wales, ocorrido em 1861, e antes da prisão dos oficiais ingleses na Tijuca em 1862, o embaixador Christie, “acobertou dois marinheiros ingleses que haviam assassinado um agente alfandegário no Rio de Janeiro. O caso, amplamente denunciado pelos jornais, gerou inúmeros protestos”.²⁸ Pires não diz mais o que houve após esse incidente. Porém, as manchetes nos jornais brasileiros, durante a chamada *Questão Christie*, acusando a Inglaterra de imperialista não são de todo infundadas. Além do mais, o caso do assassinato do agente da alfândega no Rio de Janeiro, nos dá mais uma luz, de que se o problema todo fosse apenas causado pelo afundamento de uma embarcação no sul do país, ou o simples aprisionamento de três oficiais ingleses, possivelmente nunca teríamos notícias desses incidentes.

²⁷ SEIDLER, Carl Friedrich Gustav. Seidler. In: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis: Assessoria Cultural, 1979. p. 282.

²⁸ PIRES, João Ricardo Ferreira. **Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais**: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881). Dissertação Mestrado. UFMG. 2007. p. 34.

1.2 O problema da escravidão no pano de fundo da Questão Christie

É interessante notar que depois que o Imperador Dom Pedro II rompeu relações com a Inglaterra, isso em meados de maio de 1863, mesmo a rainha não ‘desejando a continuação desse rompimento’, o editor do jornal *O Mercantil* declarou:

Estas frases conciliadoras [da rainha] não passam, a meu ver, de um simples cortejo à opinião pública da Inglaterra, pois que sabe a rainha, e sabe o gabinete de S. James, que sem a revogação prévia do infame Bill Aberdeen o governo imperial [do Brasil] não entrará em acordo algum para o restabelecimento das rôtas relações, e que essa revogação jamais será arrancada ao orgulho do prepotente Palmerston, inimigo rancoroso do nosso país.²⁹

Como não há referência de que *O Mercantil* tenha copiado as citações acima de algum jornal da Corte, parece que a citação partiu do próprio redator, possivelmente tenha sido o próprio Joaquim do Livramento, dono do jornal e cuja família tinha estado envolvida, décadas antes, no comércio de escravos.

As notícias das apreensões de janeiro de 1863 trouxeram à memória dos brasileiros as ações britânicas de repressão ao tráfico de escravos, que culminaram com confrontos em águas territoriais brasileiras como o chamado “incidente

²⁹ *O Mercantil*. Desterro, 5 set. 1863. p. 2.

Cormorant”, em Paranaguá, em junho de 1850, episódio que levou à passagem da lei Eusébio de Queirós de repressão ao tráfico. Para dar a imagem da injustiça e reforçar a indignação dos leitores catarinenses, *O Mercantil* lembrou apreensões que os ingleses haviam feito nosso litoral naquele contexto. No ano de 1851, o ‘brigue escuna nacional *Novo Mello* de propriedade do Sr. João da Costa Mello, [foi] aprisionado na costa catarinense’, que vinha do Rio de Janeiro trazendo “fazendas para alguns negociantes de nossa praça”.³⁰ O jornal lembrou que tal apreensão foi na época reclamada pelo Imperador Dom Pedro II, através de uma Nota do Governo Imperial à Legislação britânica, datada de 8 de agosto de 1851, ao "enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Sua Majestade Britânica", o "Sr. Hudson"³¹ O responsável pela apreensão do navio *Novo Mello*, foi o vapor de guerra inglês de nome *Locust*. Esse episódio ocorreu "na manhã de 28 de julho de 1851, quando o *Novo Mello* estava fundeado perto da Fortaleza da Barra do Sul"³² O motivo apresentado para a apreensão, foi que seus papéis não estavam regulares e na embarcação havia seis escravos,

³⁰ *O Mercantil*. Desterro, 18 jan. 1863. p. 2.

³¹ **Relatório da Repartição dos negócios estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza.** Rio de Janeiro. Typografia Universal de Laemmert. 1852. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=iZGAQAIAAJ&pg=PA57&lpg=PA57&dq=Brigue+escuna+nacional+Novo+Mello&source=bl&ots=i_mAB_3wQ6&sig=HzToReCK7zg1ulJvc_cvYk2JPos&hl=pt-BR&sa=X&ei=JuuNUqSxINDQkQeV-oBY&ved=0CCsQ6AEwAA#v=onepage&q=Brigue%20escuna%20nacional%20Novo%20Mello&f=false Acessado em: 21/11/2013.

³² MAMIGONIAN, Beatriz G. O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850. In: **II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”**, 2005, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos2/beatriz%20migonian%20completo.pdf> Acessado em: 21/11/2013.

sendo que cinco eram africanos, não nascidos no Brasil. O jornal também trouxe à memória que foi queimado em 1851 pelos ingleses um palhaborde chamado de *Caliope*, de propriedade do Comendador João Pinto da Luz, que estava fundeado em Tijuca,³³ pelo mesmo motivo que foi apreendido o *Novo Mello*: reprimir o tráfico de escravos.

Incluir nas negociações a revogação do Ato Aberdeen, de 1845, definitivamente associava a Questão Christie às pendências deixadas pela repressão ao tráfico. A medida unilateral britânica havia declarado piratas todos os navios brasileiros envolvidos no tráfico e autorizado sua apreensão por autoridades britânicas em tribunais da Royal Navy. A medida sempre foi tomada como um ultraje ao direito internacional de uma nação soberana e ainda estava em vigor.

Segundo Beatriz Mamigonian, a *Questão Christie* só se agravou, “por causa da insistente defesa que Christie fazia da liberação dos africanos livres sob tutela e do direito à liberdade dos africanos importados por contrabando e isto dificilmente escapou aos contemporâneos e deixou de ganhar publicidade durante toda a crise”.³⁴ Em meados da década de 1850, o “Lorde Palmerston instruído o ministro britânico no Brasil, Hudson, a propor ao governo brasileiro a assinatura de uma convenção bilateral para o estabelecimento de uma

³³ **O Mercantil**. Desterro, 18 jan. 1863. p. 2.

³⁴ MAMIGONIAN, Beatriz G. O tráfico ilegal e a instabilidade da propriedade escrava no século XIX. In: **Seminário Internacional "O século XIX e as novas fronteiras da escravidão e da liberdade"**. Rio de Janeiro. 2009. p. 5. Disponível em: http://www.fea.usp.br/feacon/media/fck/File/BMamigonian_Hermes%20e%20Clío.pdf Acessado em: 23/07/2011.

comissão mista com "autoridade para investigar os casos de negros suspeitos de serem mantidos em cativeiro ilegal no Brasil e declarar se aqueles negros têm direito à liberdade".³⁵ O plano havia sido formulado pelo abolicionista David Turnbull em 1840, para tentar enfraquecer o direito à propriedade dos senhores de escravos em Cuba e serviria no Brasil em 1850, uma vez que os representantes ingleses duvidavam "da disposição ou da capacidade do governo brasileiro de aplicar a nova lei de abolição do tráfico com rigor".³⁶ Porém, "Paulino Soares de Souza, ministro de estrangeiros certamente compreendera o alcance da proposta e recusou-a sob o argumento que o Brasil, como nação independente, aplicava suas próprias leis e não podia admitir interferências externas nem dar autoridade a oficiais estrangeiros para aplicá-las".³⁷

Quando as relações diplomáticas entre os dois países já estavam sendo reatadas, isso em meados ou final de 1865, Lord Russell solicitou ao embaixador Thornton que não tocasse muito na questão escravista:

O senhor verá nos arquivos da Legação de Sua Majestade no Rio de Janeiro que no momento da suspensão das relações diplomáticas (...) correspondência estava sendo trocada (...) a respeito da questão do tratamento dos negros (sic) que haviam sido emancipados pela comissão

³⁵ Ibidem. p. 5.

³⁶ MAMIGONIAN, Beatriz G. O tráfico ilegal e a instabilidade da propriedade escrava no século XIX. In: **Seminário Internacional "O século XIX e as novas fronteiras da escravidão e da liberdade"**. Rio de Janeiro. 2009. p. 5. Disponível em: http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/BMamigonian_Hermes%20e%20Clio.pdf Acessado em: 23/07/2011.

³⁷ Ibidem. p.7

mista do Rio de Janeiro e que não tinham recebido a sua liberdade. Devo instruí-lo que não é o desejo do governo de Sua Majestade que, na retomada das relações diplomáticas com o Brasil, o senhor entre nos temas antigos de

controvérsia relacionados a esta questão. O senhor aproveitará uma oportunidade para declarar que Sua Magestade soube com satisfação da promulgação do decreto de 24 de setembro de 1864 pelo Imperador, concedendo emancipação a todos os africanos livres existentes no Império, e o senhor ao mesmo tempo inquirirá sobre a extensão de sua aplicação até agora e quantas pessoas ainda esperam para se beneficiar deste decreto.³⁸

O governo inglês procurava indicar que deixava de lado a insistência com o destino dos africanos livres, que até aquele momento tinha pautado sua política externa.

O interessante, é que os quilombolas, pelo menos na Província do Maranhão, estavam interessados na briga entre o Brasil e a Inglaterra, durante a Questão Christie. Segundo Flávio Gomes, um certo grupo de ingleses estava interessado na região mineradora maranhense, principalmente de Montes Áureos e Maracassumé, e que segundo a diretoria que cuidava desse local, a “companhia inglesa” que atuava ali, já estava contatando ou empregando “meios de persuasão” aos quilombolas locais, para que lhes explicassem mais sobre as minas auríferas que ali existiam, já que eles eram conhecedores da região. A partir desse contato, é que possivelmente os quilombolas e negros fugidos ficaram sabendo da briga diplomática entre Brasil e Inglaterra, porque as autoridades locais brasileiras estavam com medo, por que “alguns crioulos

³⁸ Ibidem, p. 5.

mais entendidos dizem que estando o Brasil em guerra com a Inglaterra esses fugidos se têm de apresentar à Companhia (inglesa) para pegar em armas”.³⁹ Os escravos e quilombolas que moravam perto dessa mineradora no Maranhão, principalmente o quilombo São Vicente do Céu, estavam atentos ao jogo e queriam a vitória, mas por parte da Inglaterra.

Uma das autoridades locais que estava preocupado com isso era Moraes Rego, que tentava persuadir a autoridade máxima da província maranhense, Antônio Manoel de Campo Mello,⁴⁰ que as constantes fugas e insurreições podiam colocar a província em perigo. Esse medo aumentou ainda mais, quando souberam que os crioulos e escravos fugitivos, passaram a ter consciência que se a Inglaterra, numa possível guerra com o Brasil, vencesse, eles ganhariam a liberdade. Talvez, pelo contato entre esses quilombolas e os ingleses que estavam no local, os crioulos pudessem ter noção das consequências advindas de uma guerra entre os dois países.

Os ingleses estavam de olho nesses quilombolas, porque essa comunidade era dinâmica, e fazia os seus comércios e trocas com comerciantes que por ali passavam, e tinham uma certa independência das autoridades locais. Quer dizer, eles eram vigiados pelas autoridades, mas havia uma certa folga em relação aos seus afazeres.

³⁹ GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos:** mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005. Pg. 190-191.

⁴⁰ *Ibidem*.

Esse caso particular do Maranhão é interessante, porque além do mais, a *Questão Christie* lança luz de que esse imbróglio não permeou somente a esfera política, aristocrática e governamental.

Uma amostra disso foi o que ocorreu no Rio de Janeiro. Segundo consta a notícia do jornal *O Mercantil*, após saberem que a marinha de guerra inglesa aprisionou embarcações nacionais, foram à praça do comércio “um número imenso de cidadãos, vendo a pátria ultrajada indignamente pela pirataria inglesa [...] para reclamar do governo medidas enérgicas que salvem a honra nacional”.⁴¹ O mesmo trecho da notícia ainda diz que “muitos cidadãos assinaram um reclamo à junta da praça do comércio, para que se dirija uma representação ao governo pedindo medidas enérgicas”.⁴² Quem eram esses cidadãos? O jornal pode se referir aos proprietários, comerciantes, que estavam cobrando do governo medidas enérgicas para proteger o comércio, que era do que a cidade vivia. Esses faziam parte da elite da sociedade, e dos notáveis cidadãos de suas respectivas cidade. Podemos inferir que o mesmo tenha acontecido em Desterro, onde houve também uma vultuosa movimentação civil.

1.3 Rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra, e a construção da soberania brasileira

Em meio a notícias de aprisionamento de embarcações por parte da marinha inglesa em águas imperiais do Brasil, e em meio à indignação popular, o Imperador Dom Pedro II pede fim de relações

⁴¹ *O Mercantil*. Desterro, 4 jan. 1863.

⁴² *O Mercantil*. Desterro, 4 jan. 1863

diplomáticas com a Inglaterra em 1863. Até parecia que o cenário de uma guerra estava montado.

O Imperador Dom Pedro II foi o primeiro a dar o exemplo de que estava pronto para iniciar uma guerra contra a Inglaterra se fosse preciso. Essa imagem ia refletir até o limiar da Guerra do Paraguai, quando D. Pedro II, era visto como “rei da guerra”, “o voluntário número um”.⁴³ Em 5 de setembro de 1863, sai no jornal *O Mercantil*, que o Imperador rompe relações diplomáticas com a Inglaterra.⁴⁴ Porém, o Brasil já havia rompido oficialmente em maio desse mesmo ano, quando Carvalho Moreira, Ministro Plenipotenciário na Legação do Brasil, reconhece que o Império não podia aturar os desmandos da Inglaterra.⁴⁵ Porém, antes mesmo dessa interrupção oficial, é notado pelas reportagens o grande número de pessoas que ia à rua manifestar sua “solidariedade” ao imperador, e até mesmo se alistando nos batalhões de voluntários. Por exemplo, após o povo se manifestar na praça do comércio, no Rio de Janeiro, exigindo do governo medidas enérgicas, como já foi dito antes, o povo tinha se dirigido ao paço da câmara municipal. “Eram mais de 2.000 pessoas que iam inscrever-se no 1º batalhão de voluntários”.⁴⁶

Não sabemos agora, se esse número de fato confere. Devemos sempre nos lembrar, que em época de

⁴³ SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 459.

⁴⁴ **O Mercantil**. Desterro, 5 set. 1863.

⁴⁵ RODRIGUES, José Honório. et al. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p 181.

⁴⁶ **O Mercantil**. Desterro, 4 jan. 1863. p. 2.

comoção nacional, a mídia sempre manipula, para mais ou para menos, estatísticas que mais lhe convém. Como escreveu André Martinello, “a notícia é uma espécie de *construção* social conflitiva”,⁴⁷ sendo assim, o que sai na imprensa não é de todo neutro. Do mesmo modo, assim como a mídia manipula, ela também é manipulada por agentes ligados ao governo. Até porque, diga-se de passagem, as notícias que saíam nos jornais da corte - capital do Império, Rio de Janeiro -, eram usados por outros jornais de outras províncias. Desse modo, o leitor de outras províncias que lesse sobre essa reportagem, de que “2.000 pessoas” se alistaram como voluntários, também poderia aderir ao mesmo espírito patriótico. O jornal servia então como um meio de propaganda eficaz.

Após esse grande número de gente chegar na Câmara para se alistarem, continua a reportagem, “foram recebidos com entusiasmo pelos empregados da câmara. O secretário forneceu-lhes papel para as assinaturas, que serão depois ratificadas em um grande livro”.⁴⁸ O imperador não perdia tempo para comparecer nessas grandes manifestações patrióticas que ocorriam na capital do Império. Nesse tempo, a figura do imperador ia se fortalecendo cada vez mais. Prova disso, é o que aconteceu no paço imperial no Rio de Janeiro, e que mais tarde foi desenhado pelo pintor catarinense, Vítor Meireles Lima. Sobre isso, o jornal *O Mercantil de Desterro*, reproduziu uma manchete que saiu no *Jornal do Comércio do Rio*. Era janeiro de 1863, quando

⁴⁷ MARTINELLO, André Souza. **Insulares santas catarina**: construção territorial, vínculos de pertencimentos e discursos da desintegração (1950-1970). 2012. 141 p. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis. p. 40.

⁴⁸ **O Mercantil**. Desterro, 4 jan. 1863. p.2-3.

pelas 6 horas da tarde apareceu S.M. Imperador dirigindo-se ao paço da cidade onde se reunia conselho de ministros. Ondas de povo fremente de entusiasmo cercaram logo o carro imperial, rompendo em vivas e aclamações, e dando o magnífico espetáculo de um povo que na hora da aflição se ajunta em torno do chefe, em cujas mãos põem os seus destinos. Sua majestade apeou-se à porta do seu paço e mostrando-se comovido falou ao ajuntamento que enchia o átrio. As palavras do Imperador foram - que era ele primeiro que tudo (sic) brasileiro, e como tal mais do que ninguém empenhado em manter ilesas a dignidade e honra da nação: e que assim como ele confiava no entusiasmo do seu povo, confiasse o povo nele e no seu governo, que ia proceder como as circunstâncias requeriam, mas de modo que não fosse aviltado o nome de brasileiros de que todos nós ufanamos.⁴⁹

⁴⁹ **O Mercantil.** Desterro, 4 jan. 1863. p.2-3.



Quadro pintado por Victor Meirelles em 1864, cujo título é: *Estudo para Questão Christie*, retratando o Imperador D. Pedro II no Paço Imperial.

Nada seria mais propício para o Imperador, aproveitar o momento para levantar ainda mais o espírito do povo. É interessante vermos algumas citações dessa reportagem. Dá-se a ideia de que o Imperador, além de “chefe”, é um pai, em “cujas mãos” o povo “põe os seus destinos”. Uma outra coisa que chama a atenção é o quanto o discurso exalta a nação. Se décadas antes o Brasil parecia que ia se dividir, por motivos não consensuais sobre a federação, vide o caso da Cabanagem, Balaiada, Sabinada e pela guerra dos Farrapos, agora as energias eram voltadas para preservar e “manter ilesas a dignidade e honra da nação”. Surge nas entrelinhas, a imagem do Brasil como uma mãe. Nada mais claro do que isso, pela declaração do Imperador para que o povo “confiasse nele (Imperador) e no seu governo, que ia proceder como as circunstâncias requeriam, mas de modo que não fosse

aviltado o nome de brasileiros de que todos nós ufanamos”.⁵⁰

Sobre o conceito de nação, o cientista político americano Benedict Anderson salientou que a nação é algo imaginado, construído. Segundo Anderson essa construção é imaginada “porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão. Renan referiu-se a esta forma de imaginação, nos seus modos subtis e delicados, quando escreveu o seguinte: ‘*Or l’essence d’une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses*’.”⁵¹ Em 1863, o Brasil, conforme o jornal *O Mercantil* queria mostrar, estava buscando alcançar essa comunhão, e o amálgama para isso foi a pessoa do Imperador Dom Pedro II.

Os jornais, nas suas futuras reportagens, nada mais fazem que reforçar a construção da nacionalidade brasileira. Há um esforço geral da parte do governo e dos meios de imprensa para não deixar morrer essa euforia nacionalista. Depois das apreensões das embarcações nacionais, o jornal *O Mercantil* concluiu: “Está consumado a acto de violência. Resta-nos vingar a dignidade nacional tão covardemente ultrajada”.⁵² Sobre essa vontade de defesa nacional, o jornal *O Mercantil* noticiara que “os cidadãos esquecidos das questões domésticas que ainda há

⁵⁰ *O Mercantil*. Desterro, 4 jan. 1863. p.2-3.

⁵¹ ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. Tradução Catarina Mira. Lisboa: Edições 70, 2005. p. 25.

⁵² *O Mercantil*. Desterro, 13 jan. 1863. p. 3.

pouco os dividiam, uniram-se em um pensamento único – a salvação da honra nacional”.⁵³

É claro que as autoridades não estavam de todo relaxadas para possíveis revoltas que pudessem ocorrer durante esse tempo. Não nos esqueçamos, por exemplo, do temor das autoridades no Maranhão com uma possível solidariedade dos escravos e quilombolas que viviam perto da companhia mineradora, para no menor sinal apoiar os ingleses caso viesse a haver um conflito armado entre as duas nações. O que temos que nos ater nesses casos de extremo nacionalismo, é que as brigas internas não acabam.

A preparação para uma provável guerra, e o início da indignação dos populares pelos atos arbitrários da Inglaterra, é percebida desde o início do ano de 1863. Esse nacionalismo e patriotismo, já começa a ser percebido desde seu estágio inicial. O jornal *O Despertador*, transcreveu na íntegra um pequeno trecho de pronunciamento da Câmara Municipal fluminense ao povo que dizia:

***Enquanto durar a paz,
preparemo-nos para a guerra.***

A história de todos os tempos e de todos os povos mostra que nunca é fraca a nação, que tendo consciência da sua dignidade, acha-se sustentada pelo amor de seus filhos; e vós destes testemunho de que o Brasil é forte, por que ao redor do centro onde fulgura o seu excelso

⁵³ *Ibidem.* p. 4.

defensor perpétuo [D. Pedro II],
gravita o sentimento nobre do
patriotismo dos brasileiros.⁵⁴

Mais uma vez, os brasileiros nesta passagem, são retratados como filhos do Brasil, e é desses filhos que a mãe pátria precisava para manter sua “dignidade”. Ainda segundo a passagem patriótica, é inspirado na figura do Imperador que os filhos dessa nação lutarão para mostrar “que o Brasil é forte”. Uma pergunta nos cabe a essa altura. Por que o Imperador se tornou a figura central durante a Questão Christie? Segundo Hélio Lopes, Dom Pedro II era tão magnificado nessa época, por que ele “nasceu no Brasil”.⁵⁵ Nenhum outro monarca que precedera Pedro II recebeu tanta homenagem como ele. E essa intriga diplomática caiu como luva, não só para levantar o moral do chefe da nação, como fazer o que até então foi impossível através das guerras civis nacional: unir a nação.

Hélio Lopes trás passagens de um poeta chamado Fagundes Varela, que dedicara alguns poemas a Dom Pedro II, durante o caso Christie. Entre esses poemas, o Imperador é chamado de “estrela mais fulgente e bela” de “urna santa”, de “coluna ardente/ Que os passos guia”, de “gênio benfazejo e grato”, de “nauta que através dos mares/ O lenho imenso do porvir conduz”.⁵⁶

⁵⁴ **O Despertador**. Desterro, 6 fev. 1863. p. 2.

⁵⁵ LOPES, Hélio. **Letras de Minas e Outros Ensaios**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p. 296.

⁵⁶ LOPES, Hélio. **Letras de Minas e Outros Ensaios**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p. 296.

O que o poeta quer transmitir no fundo com todos esses elogios, segundo diz Hélió Lopes, e podemos também incluir as passagens dos jornais, é a figura do Brasil. O Imperador nesse tempo, nada mais era do que a personificação de algo maior, e nesse caso, ele personificava o conjunto da nação. Mesmo depois de passado o caso Christie, o Imperador foi bem tratado pelas pessoas, como escreveu Murilo de Carvalho; ‘fora aplaudido nas ruas durante o conflito com Christie e no final da Guerra do Paraguai. Nas viagens pelo Brasil, era sempre aclamado. Jamais enfrentara uma multidão hostil, sobretudo na capital do Império’.⁵⁷

Retornando aos elogios dados ao Imperador, que foram comentados por Hélió Lopes a partir dos poemas de Fagundes Varela, poemas que na verdade queriam enaltecer o Brasil, podemos dizer que as crônicas dos jornais da época corroboram tal conclusão. O jornal de Desterro, *O Despertador*, trazia o seguinte excerto extraído do *Diário do Rio*:

Até agora, sob o injusto epíteto de nação fraca, e sem consciência de sua própria robustez, o Brasil dormiu sossegado e inerte, pronto a curvar a cabeça ao pulso da violência, e abrir seu seio de ouro às cobiçosas exigências das nações estrangeiras [...]. Mas o Brasil não adomercerá de novo. Despertou de uma vez, despertou para sempre. Expelio das pálpebras a sonolência que o prostrava, sentio nas cafuas

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 203.

[dentro] do peito bulaar-lhe o sangue escandecente e ergueu-se com um travo [amargor] medonho. O heroísmo inato do brasileiro fez-lhe pulsar o coração e o fraco (Brasil) quis ser forte. Arrojou da frente o cocar do selvagem, desnuou-se do saio e do gorjal gentílico, e cobrindo-se com as lorigas [cota de malha usada pelos combatentes medievais] de guerra hasteou o pendão auri-verde que há de senhorear o mundo, e atirou seu guante de reto, arrogante e audaz, resoluta a morrer ou a ser grande. E há de ser grande!⁵⁸

Esse "despertar" nacional é traduzido em uma reportagem do jornal *O Mercantil* de 13 de janeiro de 1863, que dizia que havia novas inscrições para os batalhões de voluntários, pois não faltaria para o governo “o apoio nacional se quiser repelir as insolências do estrangeiro”. Dizia ainda que “as províncias do sul em dois meses poderão oferecer um exercito de mais de 100 mil voluntários”, e mesmo que a Inglaterra fosse a senhora dos mares, ela não tinha “forças de desembarque para vencermos em terra. Seremos sempre senhores do nosso país”.

O que é curioso nessa notícia, entre muitas outras coisas que fazem parte do nacionalismo exacerbado, é dizer que o sul poderia em dois meses oferecer um exército de “100.000 voluntários”. Esse “sul” provavelmente se referia ao sudeste e ao sul, mas mesmo assim é uma

⁵⁸ **O Despertador**. Desterro, 6 fev. 1863. p. 2.

estimativa generosa. É curioso por que a população do Brasil não via com bons olhos deixar seu serviço na lavoura, para servir no exército, instituição que era vista apenas como ideal para disciplinar baderneiros, vagabundos e toda sorte de pessoas que não tinham um “futuro” entre a sociedade. Muitas vezes, o exército, por falta de contingente para engrossar suas fileiras, recolhia nas prisões os futuros soldados.

Segundo, é que nessa época, durante a causa Christie, conforme o ministro da guerra, o Brasil tinha apenas um efetivo de 14.000 praças para guarnecer as fortificações do nosso vasto litoral, e que o ideal seria 20.000 praças. Esses números que o ministro apresenta, fazem parte do “relatório apresentado à assembléia legislativa”.⁵⁹ No início de 1863, com essas 20.000 praças, dizia o ministro Quintanilha Jordão, ‘pretendia’ o “governo reforçar os diversos corpos existentes no exército, os quais se acham mui desfalcados”.⁶⁰ Falando ainda sobre o recrutamento no exército por voluntarismo ou engajamento, Polidoro dizia que era “mui fraco elemento de reforço para as fileiras do exército”. Somava-se a isto, a “repugnância” da população ao serviço das armas. O governo, na visão do ministro, tinha que elaborar “uma lei de recrutamento”. Porém, novamente, no parecer do ministro, era preciso inculcar no povo mais a vontade de se auto-voluntariar nas fileiras do exército, do que ‘constrange-los’ a servir por compulsão.

⁵⁹ **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima primeira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão**, p. 3. Rio de Janeiro. Typografia Universal de Laemmert. 1863. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2207/000003.html> Acessado em: 02/01/2012.

⁶⁰ *Ibidem*.

Antes de falar sobre a força de apenas 14.000 mil homens disponíveis para proteger as “fronteiras do Norte, Sul e Oeste”,⁶¹ Quintanilha Jordão disse no relatório, que essa força tendia

a diminuir como é natural, em consequência das baixas, falecimentos e deserções, que diariamente se dão. Há, pois, um contínuo desfalque nas fileiras, o qual tem de ser suprido pelo alistamento voluntário, pelo engajamento e pelo recrutamento forçado, meios cujas dificuldades práticas, graves embaraços trazem à administração, como perfeitamente sabeis.⁶²

O relatório em questão, foi feito em 1862 e apresentado em 1863. Por isso notamos nas palavras do Ministro Quintanilha Jordão, esse pesar sobre a deficiência de forças armadas capazes para proteger o território nacional. Em 1862, ninguém imaginava que a Questão Christie começaria. Se a notícia do jornal *O Mercantil*, de que o sul podia em dois meses oferecer 100.000 voluntários for verdadeira, é realmente surpreendente em como em pouco tempo as pessoas sucumbiram ao chamado patriótico.

⁶¹ **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima primeira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Rio de Janeiro.** P. 3. Typografia Universal de Laemmert. 1863. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2207/000003.html> Acessado em: 02/01/2012.

⁶²Ibdem.

A partir dessa notícia do jornal *O Mercantil*, surge uma outra ponderação. Sabemos que o Brasil nunca entrou de fato em guerra com a Inglaterra pela *mano militare*. Mas houve guerra verbal. As notícias dos jornais que esse trabalho apresenta, fazem parte sim de uma guerra de palavras. O ponto em questão é: até que ponto realmente o Brasil poderia suportar um ataque de fato da então poderosa Inglaterra? Já vimos pelo relatório sóbrio, até esse momento, e sem apelos nacionalistas apresentados pelo ministro Quintanilha Jordão, que isso era parcialmente impossível.

Se o Brasil podia ou não suportar um ataque, talvez não chegasse a interessar a imprensa. O mais importante na época, era explorar ao máximo esse acontecimento. E eles conseguiram. Exemplo disso, são as inúmeras citações apresentadas nesse trabalho, assim como essa outra que dizia:

Para nos fazer a guerra, o governo inglês precisa de mandar vir algumas de suas melhores esquadras: mas só nos pode fazer guerra marítima. Se trouxer 40 mil homens de desembarque, eles podem ficar sepultados no Rio de Janeiro, Bahia ou Pernambuco. E, enquanto não vem alguma esquadra poderosa, os nossos arsenais e oficiais de maquinistas podem preparar Monitores e Merrimaes (sic), que façam recepção digna ao que vier. Para salvar a honra, o imperador do Brasil não duvidará sem dúvida abandonar S. Cristóvão e provisoriamente transportar para o interior a capital do império. Sacrificaremos tudo, e os ingleses

serão os que menos hão de perder.⁶³

Para mostrar o quanto o Brasil estava confiante e otimista consigo mesmo durante a Questão Christie, Rodrigues e Seitenfus⁶⁴ citam o crescimento da economia baseada na exportação do novo produto agrícola que era o café, o crescimento tecnológico como as construções de estradas de ferro a partir de 1854 e o telégrafo que começara a se instalar em meados de 1857, e as novas empresas comerciais e industriais que começavam a se organizar em solo brasileiro. Por fim,

“a renda nacional crescera de 40.000 contos, em 1838, a 100.000 em 1858; os déficits cessaram, o crédito do Brasil estabeleceu-se mais firmemente, e a taxa de importação triplicou entre 1836 e 1856, o que se deveu, em parte, às tarifas mais altas, impostas quando o tratado comercial com a Inglaterra cessou e, em parte, ao valor das mercadorias compradas. A exportação também dobrou”⁶⁵

Uma coisa que deve ser problematizada na fala de Rodrigues e Seitenfus, e que ao mesmo tempo pode ser contraditório, é que se o Brasil estava prosperando no lado tecnológico e nas exportações de café, é porque o país

⁶³ O Mercantil. Desterro, 13 jan. 1863. p.3.

⁶⁴ RODRIGUES, José Honório. et al. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 181.

⁶⁵ RODRIGUES, José Honório. et al. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 181.

recebia muito investimento do capital britânico. Sobre essa dependência financeira que o Brasil tinha em relação à Inglaterra, Luiz Ferreira disse que

“o período compreendido entre 1808 e 1850 pode ser caracterizado como um período de transição política, durante o qual o Brasil nasce como Estado, formalmente independente, sob a tutela da Grã-Bretanha, e um período de submissão econômica, devido principalmente aos privilégios comerciais coincidos à Inglaterra, que além de aumentar o crescente déficit comercial brasileiro – financiado com empréstimos contraídos no exterior, sobretudo em Londres – constituíram-se em obstáculos ao desenvolvimento da atividade industrial no Brasil”⁶⁶

Segundo Luiz Ferreira, as estradas de ferro construídas no Brasil, tanto nas décadas de 1850 como de 1860 para escoar café para o exterior, eram financiadas pela Inglaterra.⁶⁷ Por isso, tanto as análises de Rodrigues como a de Seitenfus com respeito ao otimismo e ao crescimento da economia brasileira nos anos de 1860, devem ser problematizadas.

Os jornais transmitiam um espírito de confiança ao leitor, e parecia querer transformá-lo em uma peça chave, de quem dependia a segurança do país. Não só a segurança, mas a

⁶⁶ FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **A industrialização brasileira sob a hegemonia britânica no longo século XIX**. TCC. 2009. 75 p. UFSC. Florianópolis. p. 45.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 52-53.

prosperidade econômica da nação. É claro que só a elite política, e aqueles ligados aos grandes negócios estrangeiros, ou pequenos comércios nas províncias, tinham a perder com a guerra. Para isso, era preciso incitar mais do que nunca a população mais baixa e mais pobre a se sacrificar em prol dessa segurança. O papel dos jornais nesse quesito foi muito importante.

Capítulo 2 - Os ministros imperiais na condução da Questão Anglo-Brasileira

Durante a Questão Christie, toda a luz é jogada para a pessoa do imperador. Mas analisando o bastidor político, nos surpreendemos como as coisas tinham as mãos de homens hábeis e influentes. É por isso, que durante o auge da briga diplomática anglo-brasileira, a briga na Câmara da província de Minas Gerais girou em torno de quem eles deveriam felicitar; somente o Imperador, assim como os jornais que nós vimos nesse estudo fazia, ou também os ministros? Eis o que dizia o Ministro Machado de Souza da província mineira:

folheando a nossa constituição, não encontraremos um artigo segundo o qual possa o Imperador desenvolver-se por si só, salva a ação privativa que lhe compete como poder moderador, mas não é neste poder que acharemos a luz nacional. É o artigo 102 da constituição a pedra de toque neste debate. Este artigo criou o poder executivo, do qual é o Imperador a alma, e o exercia pelos seus ministros[...] o poder moderador não pode envolver-se nas questões do executivo [...] o artigo 102 diz que o Imperador é o chefe do poder executivo e o exerce por meio de seus ministros de estado. Nesse mesmo artigo § 7 e 16 se diz que a política internacional, a defesa interna e externa do Estado pertence ao poder executivo; logo, se não felicitarmos ao menos

indiretamente a todo o poder executivo, a quem buscaremos felicitar? Ao Imperador só? Faltaremos em tal princípio de lógica? trilharemos além disso o caminho das inconveniências; e a nossa felicitação será uma manifesta contradição.⁶⁸

Essas discussões foram uma das poucas que aconteceram nesse período sobre quem realmente devia receber os *Louros* da glória por estar conduzindo as questões diplomáticas tão urgentes naquele momento. A única pessoa que realmente se fortaleceu depois da Questão Christie foi D. Pedro II, vide a pintura de Vítor Meireles Lima que até hoje é o símbolo dessa causa desconhecida para muitos. É muito interessante as discussões que se passavam na Câmara de Minas nesse tempo. É clara as controvérsias das opiniões dos ministros ali. Machado de Souza era o mais exaltado por tentar compartilhar o sucesso do Imperador com os ministros. Uma coisa, contudo, não difere das manchetes dos jornais até aqui analisados. É o sentimento patriótico.

De fato, mesmo havendo essas intrigas políticas, o patriotismo nunca foi igual ao desse momento. O mesmo ministro Machado de Souza disse: “Senhores, o patriotismo é um sentimento tão grande, que produz milagres! O patriotismo é um fogo tão poderoso, tão importante, que é o que tem feito muitas nações tornarem-se célebres; tem sido causa de todas as glórias”.⁶⁹ Da mesma forma, o Presidente da Província de Minas Gerais, Augusto Gusmão falou: “O Brasil senhor, em contestações

⁶⁸ **O Compilador**. Minas gerais. 1 out. 1863.

⁶⁹ **O Compilador**. Minas gerais. 1 out. 1863.

diplomáticas de direito internacional, pela primeira vez, talvez, guiado por um governo ilustrado, patriótico e enérgico soubera elevar-se à altura de uma nação que preza a sua autonomia e dignidade”.⁷⁰ As declarações desses dois homens estão de acordo com o que o jornal *O Mercantil* disse: “os cidadãos esquecidos das questões domésticas (intrigas políticas internas) que ainda há pouco os dividiam, uniram-se em um pensamento único – a salvação da honra nacional”.⁷¹

2.1 Os jornais *O Mercantil* e *O Despertador*

O jornal *O Mercantil*, tinha como seu proprietário ninguém menos do que Joaquim Augusto do Livramento, advogado e político influente em Desterro. Joaquim Augusto do Livramento foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 6ª legislatura (1846 — 1847), na 9ª legislatura (1852 — 1853), na 10ª legislatura (1854 — 1855), na 11ª legislatura (1856 — 1857), e na 15ª legislatura (1864 — 1865). Foi deputado geral na 7ª legislatura (1848 — 1849), na 8ª legislatura (1850 — 1853), e na 9ª legislatura (1853 — 1856).⁷² Joaquim Livramento era do Partido Liberal, e intelectual da família Livramento. No cabeçalho de apresentação do jornal, podia-se ler: “*O Mercantil* tem por fim considerar o Brasil na sua política, e administração, e especialmente advogar os interesses públicos e comerciais da província de Santa Catarina”. *O Mercantil* começou as suas

⁷⁰ *Ibidem*.

⁷¹ *O Mercantil*. Desterro, 13 jan. 1863. p. 4.

⁷² Piazza, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis : Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

atividades em 1861, tendo sua última edição cessado em 1869.

O dono do jornal *O Despertador* era Jozé Joaquim Lopes Junior, filiado ao partido Progressista, "possivelmente conservador saquarema"⁷³. Político e jornalista, Jozé Junior teve grande papel político em Desterro, principalmente na questão de instrução secundarista. Apesar de ser baiano, ele veio para Santa Catarina após a dissolução do seu batalhão logo após a Guerra da Independência, no Recôncavo baiano. Chegando em Santa Catarina, foi ser professor de primeiras letras em Laguna (1831), vindo depois para Desterro exercendo também o magistério. Thiago Dias diz que quando Jozé Junior adquiriu em "hasta pública" a Tipografia Provincial, fundou o jornal *O Argos da Província* (1856 –[1861?]), *Conservador* (1855) e *O Despertador* (1863-1885).⁷⁴

Jozé Joaquim Lopes Junior pertencia ao grupo dos *outsiders*, que eram adversários dos *estabelecidos*. Os *outsiders* tinham como membros pessoas não só da Ilha catarinense, mas de outras províncias e países, tendo como membros muitos maçons.⁷⁵

⁷³ Piazza, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis : Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

⁷⁴DIAS, Thiago Cancelier. **Questão religiosa catarinense: as disputas pelo direito de instruir (1843-1864)**. 2008. 152 p. Dissertação (Migrações, Construções Sócio-Culturais e Meio-Ambiente). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

⁷⁵ **estabelecidos**: pessoas que em sua maioria de origem açoriana ou madeirense, pertenciam a famílias que há gerações estavam instituídas na cidade. Eram ricos escravistas que detinham o poder político da Província [Santa Catarina]. A maioria era católica praticante, participava de irmandades e confrarias religiosas. **outsiders**: são diferenciados por pertencerem a uma pluralidade de grupos. Formados, em sua maioria, por pessoas vindas de outras regiões, pertenciam a grupos dos mais variados. Havia entre eles, desde católicos brasileiros, livres pensadores brasileiros e alemães, imigrantes luteranos, maçônicos brasileiros e alemães, liberais exaltados,

Embora o jornal *O Despertador* não simpatizasse com a corte imperial, disse Paula Scheidt Manoel, o jornal "também cedia espaço para que representantes do poder se manifestassem".⁷⁶

2.2 Guerra de palavras: O papel do jornal como ponta de lança na guerra verbal

Como já comentado antes, apesar dos eventos terem propiciado um *Casus Beli* entre Brasil e Grã-Bretanha, eles nunca chegaram a se enfrentar balisticamente. Isso não quer dizer, porém, que não houve difamações pelo menos por parte da imprensa brasileira à sociedade inglesa. Essas difamações vão desde chamar os ingleses pejorativamente de “bretões” ou de “piratas”, essas consideradas mais leves, ou até dizer que a sociedade inglesa era decaída, tendo alguns seus cidadãos caídos nas garras da bebida e da prostituição.

Por exemplo, o jornal *O Despertador* publicou em fevereiro de 1863 uma nota sobre a degradação moral da Grã-Bretanha, em especial da cidade de Londres, vista até antes dessa briga diplomática como adiantada e civilizada, sem resquícios de barbárie. A nota do jornal começava com o seguinte título:

conservadores saquaremas, pretos, pardos e crioulos, dentre outras diversas identificações. In. DIAS, Thiago Cancelier. **Questão religiosa catarinense: as disputas pelo direito de instruir (1843-1864)**. 2008. 152 p. Dissertação (Migrações, Construções Sócio-Culturais e Meio-Ambiente). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

⁷⁶ MANOEL, Paula Scheidt. *O Despertador*, jornal catarinense do século XIX. **Rede Alcar**. Santa Catarina. Ano 5. n. 56-01. 1 set. 2005. Disponível em: http://www2.metodista.br/unesco/rede_alcar/rede_alcar_57/rede_alcar_nucleos_catarinense_o_despertador.htm Acesso em: 30/11/2013.

Os antros de Londres

As ruas mais frequentadas de Londres, foram nestes últimos tempos, o teatro de roubos audaciosos e tentativas de assassinatos, cometidos algumas vezes em pleno dia, a favor do espesso nevoeiro. Posto que fatos análogos se reproduzam todos os anos, nas proximidades do inverno, havia neste ano mais razão para inquietações por causa das multiplicidades dos crimes e do caráter deles. Por isso a imaginação assustada do público viu neles a prova da existência de uma *sociedade dos estranguladores*, possuindo uma vasta organização e indo a um alvo definido. Era uma exageração pura; mas esta averiguado que os autores desses crimes sabem todos, ou quase, dos mesmos antros, situados no bairro populoso de Whitechapel no oeste da city de Londres. Não será, pois, sem interesse penetrar um instante no coração desta aglomeração estranha, dos recrutados sem dúvida pela ociosidade, embriaguez, instintos sexual e destruidor, todos os gêneros de loucura que daí derivam, mas também e sobretudo as más colheitas, as carestias, a falta de trabalho das manufaturas. Nesta rápida excursão através de Whitechapel, teremos de atestar o fato e único da Europa – de uma população de gatunos e

assassinos, no seio da qual ensinasse publicamente os numerosos métodos práticos para matar e roubar, tudo regularmente à vista de uma polícia temida – coisa estranha! – venerada, que vigia e circunscreve o fenômeno: modifica insensivelmente o meio, contém e eleva pouco a pouco essas massas, e deixa entretanto de pé a instituição e os antros.⁷⁷

A continuação dessa manchete é ainda mais interessante. O correspondente diz que

Todo o estrangeiro que pede ao honrado Sr. Richard Mayne, diretor da polícia de Londres, recebe autorização de visitar, durante a noite, os bairros onde vivem os malfeitores, e é sempre acompanhado de um inspetor ou um policimen. A aparição somente destes dois personagens, vestidos a paisana, basta para infligir em toda a parte o respeito ao visitante. Inútil é acrescentar que seria absolutamente absurdo entrar nesses lugares sem ser escoltado ao menos por um agente da polícia.⁷⁸

Uma outra manchete, ainda do jornal *O Despertador*, que saiu no início do ano de 1863, um pouco antes da notícia do suposto enviado à Londres contando

⁷⁷ *O Despertador*. Desterro, 20 fev. 1863. p. 3-4.

⁷⁸ *Ibidem*. p. 3-4.

sobre Whitechapel, falava em tom de pena dos moradores de Cheshire e de Lancashire, que estavam passando fome devido ao envolvimento da Inglaterra em apoiar o lado sulista da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Esse conflito, dizia o jornal, fechou as portas do comércio inglês ao algodão dos EUA. Esse algodão, que ia para as fábricas inglesas, era o principal ganha pão das pessoas de Lancashire e do Cheshire, e que devido ao conflito, muitos acharam-se de uma hora para outra desempregadas. A crítica do jornal brasileiro ao governo inglês é muito camuflada, quando acusa os homens de negócios e os governantes daquele país deixar a sua população passar fome, enquanto trava uma guerra que os seus cidadãos não tem culpa. Em outras palavras, o *O Despertador* está chamando os governantes britânicos de imperialistas, o mesmo que os jornais brasileiros na época passariam a chamar com mais frequência, a medida que a briga anglo-brasileira ia esquentando.

O jornal, em tom melancólico dizia:

“Que terrível fôra a miséria de Lancashire, se estivesse no poder dos homens, cheios como estão de seus privilégios, aroveitar as lições de sua história! [...] Os operários do Lancashire e do Cheshire morrem de fome, porque longe bem longe deles, além do vasto oceano, duas metades de uma nação se estrangulam.

Sofrem, agonisam, parecem vítimas de culpas que não são suas, vítimas de furores que mal compreendem. Tivessem eles feito durante anos inteiros o comércio

de carne humana; tivessem eles vistos, de olhos secos, correr o sangue do negro sob o chicote; tivessem tirado mil e mil vezes milhares de filhos às mães para vender como um vil rebanho, a expiação para eles não seria nem mais cruel. Os culpados acham-se além, os inocentes estão aqui; mas o castigo está tanto aqui como lá. Do outro lado do atlântico, o canhão. Deste lado do atlântico, a fome.⁷⁹

O relato acima é uma crítica do jornal *O Despertador*, para aqueles “que durante anos inteiros” tiveram feito “o comércio de carne humana”. A Inglaterra era conhecida, antes de assinar tratados com outras nações para o fim do tráfico ilegal de escravos, de proibir o próprio tráfico e por liderar a comercialização de escravos para suas colônias, e para outros impérios. Exemplo disso são as colônias inglesas do Caribe. Uma das coisas que a *Questão Christie* traz à tona, é essa posição ambígua que a Inglaterra tem com respeito ao trato da escravidão.⁸⁰ Nessa guerra que estava acontecendo do outro lado do Atlântico, entre essas “duas metades de nação”, e que estava levando as populações de Lancashire e do Cheschire à fome, referindo-se a Guerra de Secessão americana, que estava acontecendo simultaneamente a *Questão Christie* aqui no Brasil, a Inglaterra estava apoiando o Sul, aqueles que

⁷⁹ **O Despertador**. Desterro, 3 fev. 1863. p. 3-4.

⁸⁰ Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or14420v.jpg. Acessado em 25/07/2011.

lutavam a favor da permanência da escravidão nos Estados Unidos.⁸¹

No Brasil, quando houve o rompimento das relações diplomáticas com a Inglaterra em 1863, a população de Pernambuco, sabendo disso, fez sair um

avulso impresso [...] pedindo para que a bandeira inglesa fosse retirada dentre das demais nações amigas que figurarão nessa ocasião, e que fosse substituída pela dos Estados Unidos. A requisição foi satisfeita. A significativa substituição da bandeira Americana no lugar da Inglaterra indica, que um dos motivos da disputa foi a força do sentimento americano que principia a manifestar-se no Brasil.⁸²

A solidariedade do Brasil em relação ao norte dos Estado Unidos, explica-se porque ambos estavam enfrentando um inimigo em comum: a Inglaterra. Quando o Brasil disse que se a Inglaterra viesse atacar o seu litoral, morreriam 40.000 mil ingleses e seriam “sepultados no Rio de Janeiro, Bahia ou pernambuco”,⁸³ isso aconteceria ‘porque o Brasil era mais forte do que a União, em relação aos confederados do sul’.⁸⁴

⁸¹ *Ibdem.*

⁸² **O Mercantil.** Desterro, 10 set. 1863. p. 2-3.

⁸³ **O Mercantil.** Desterro, 13 jan. 1863. p. 3.

⁸⁴ *Ibdem.* p. 3.

A guerra de palavras por parte dos jornais brasileiros não para por aí. Em tom de compaixão à população de Lancashire e do Cheshire, o jornal *O Despertador* ainda relata mais os sofrimentos dessas duas localidades. Antes de transcrever a matéria, é preciso dizer mais uma vez ao leitor, que essas reportagens eram para mostrar uma Inglaterra onde existia desemprego, a vagabundice, e a depravação, no intuito de levantar a moral dos brasileiros, para que em caso de guerra, eles se animassem em derrotar um inimigo que se mostrava ser forte, mas que era "fraco". A continuação da reportagem dizia:

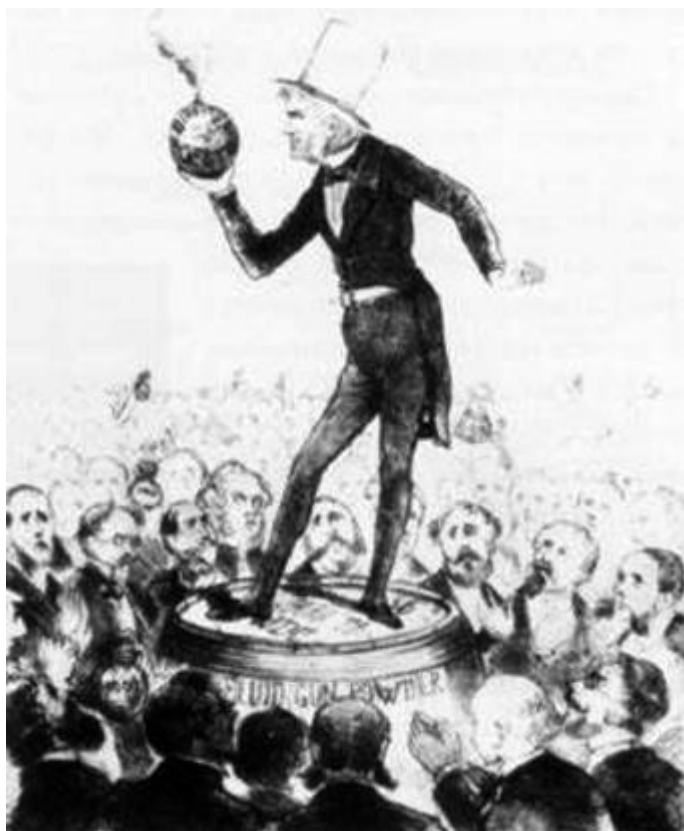
Tendo a sujeição do mar à rapacidade das paixões beligerantes fechado o mercado da Europa ao algodão americano, a mais preciosa, a mais fecunda das indústrias da Inglaterra achou-se repentinamente ferida no coração. No último relatório do Sr. Farnnal, comissário especial para lei dos pobres, leio que, sobre 352.240 operário empregados antes da guerra da américa, nos distritos algodoeiros, há 142.173 a quem essa guerra, de uma maneira absoluta, quebrou os braços, elevando-se o número dos que se acham ocupados muito parcialmente a 129. 414. Conteï agora as mulheres, as crianças, e, como atestação estatística dos famintos nos distritos ordinariamente mais laborioso e opulentos da opulenta e laboriosa

Inglaterra, e chegais ao algarismo
espantoso de meio milhão.⁸⁵

Como se conhece hoje, o objetivo dessa guerra de palavras era psicológica. Era colocar na cabeça dos brasileiros, que seria muito fácil derrotar uma nação cuja população mal podia sobreviver. Além disso, o exemplo da guerra dos americanos nortistas servia de maior inspiração caso fosse preciso entrar em um conflito armado com a Grã-Bretanha. Mais confiança ainda, era dizer ao povo que o governo inglês seria obrigado a reduzir uma verba de dois milhões de Libras, e demitir operários do arsenal de Woolwich por exemplo.⁸⁶ Das notícias, ou manchetes que os jornais publicavam da Inglaterra, saiu uma charge do prepotente embaixador William Douglas Christie. A charge pode ser vista logo abaixo.

⁸⁵ **O Despertador**. Desterro, 3 fev. 1863. p. 3-4.

⁸⁶ **O Mercantil**. Desterro, 11 jan. 1863. p. 1.



Charge do embaixador William Douglas Christie⁸⁷

O embaixador foi retratado em cima de um barril de pólvora, junto com uma bala de canhão na mão, com os dizeres "direito das gentes", passando a idéia de que a qualquer momento o embaixador britânico poderia a seu bel prazer colocar tudo pelos ares. O passo da guerra nunca foi dado de fato, apesar da balança pender mais para o lado da guerra.

⁸⁷ Revista **Semana Ilustrada** de 10 de Janeiro de 1863.

2.3 A questão Christie desperta o patriotismo em Santa Catarina

Em Desterro, Santa Catarina, atual Florianópolis, não foi muito diferente a revolta frente aos aprisionamentos dos barcos nacionais por parte da marinha inglesa. A preparação para se adestrar para a guerra foi também muito intensa. Houve nesse período treinos de tiros praticados na Sociedade Patriótica de Tiro, na capital de Santa Catarina; manobras militares simulando uma invasão inglesa, tendo como ponto de base as fortalezas, muitas delas com a supervisão do Imperador; donativos arrecadados para ajudar nas compras de materiais necessários para a guerra, e até mesmo, a ajuda oferecida dos índios para proteger o litoral catarinense.

Todos esses pormenores são de conhecimento graças aos jornais catarinenses *O Despertador* e *O Mercantil*. Por meio deles, podemos analisar os animos do povo catarinense e suas manifestações de apoio e prontidão para uma possível luta, bem como a convicção de que Santa Catarina era um dos principais pontos “ameaçados” de invasão dos “piratas” (uma ironia, já que pelo *Bill Aberdeen*, os navios brasileiros empregados no tráfico passaram a ser considerados piratas) como os ingleses passaram a ser chamados no Brasil nessa época. É isso o que nos diz o jornal *O Mercantil*, tirado de outro jornal, *Correio do Sul*:

Acredita-se geralmente que se o governo Inglês empurrar a sua questão de guerra, Santa Catarina será um dos primeiros pontos ameaçados

Pois se assim for, acham os catarinenses no melhor espírito

para resistir-lhe. As notícias da corte forão ali recebidas - [Santa Catarina] – com maior entusiasmo, e reunido o povo em multidão à noite diante do palácio do governo levantou vivas ardorosos ao Imperador, à Nação, à Constituição e ao atual ministério pela firmeza do seu procedimento na questão inglesa.

Às vozes populares, saiu à janela o presidente da província; e comovida pela manifestação patriótica dos leais catarinenses, tomou a palavra, e arengou ao povo, felicitando-se de o ver tao dedicado e nobre, responder ao perigo da pátria pela sua dedicação entusiástica; e anunciando-lhe que faria constar ao governo de S.M. a bisarra disposição do povo de S. Catarina.⁸⁸

Se Santa Catarina era realmente um dos pontos visados ou “ameaçados” caso uma invasão realmente acontecesse, não sabemos ao certo. O que mais nos chama a atenção na reportagem é como ‘o povo em multidão foi à noite diante do palácio do governo levantar vivas ardorosas ao Imperador, á Nação, a Constituição e ao atual ministério pela firmeza do seu procedimento na questao inglesa’. O jornal não diz quantas pessoas foram em frente ao palácio catarinense. Talvez isso fizesse parte de mais um dos exageros dos jornais na época, quando a questão nacional está a flor da pele. Não há como duvidar ou

⁸⁸ **O Mercantil**. Desterro, 5 mar. 1863. p. 3

acreditar que houvesse realmente um número razoável de pessoas para congratular o governo, se dirigindo à pessoa do presidente da província catarinense da época, Leitão da Cunha.

Para a Inglaterra, a guerra traria mais prejuízos do que eles estavam tendo com o fim das relações bilaterais. Não temos notícias se no lado britânico, assim como noticiado pelos jornais daqui, os bretões estavam planejando atacar de fato o Brasil. Fora os aprisionamentos dos barcos brasileiros, nada mais conta sobre outra investida inglesa mais violenta. O jornal *O Despertador*, em uma nota datada de 6 de março de 1863, divulgou que a guerra não interessaria a Inglaterra:

Os lucros que a Inglaterra pode adquirir em nos fazer a guerra, estão muito abaixo das perdas, que, com ela, o seu comercio havia de sofrer; e bem sabe Vm. Que a Grã-bretanha é o pais de cálculos interesseiros. Tudo o que não é ganância não excita os brios daquela insaciável alimária; e pois, não teremos guerra. Entretanto a possibilidade de haver a resolveu os brasileiros a armarem-se como uns ouriços; e as comissões, nomeadas para agenciar o indispensável dinheiro, estão em exercício ativo.⁸⁹

Durante a Questão Christie, criou-se uma animosidade dos brasileiros frente aos estrangeiros. Porém, acredito que isso aconteceu pela desconfiança que a tensão diplomática em 1863 engendrou. Muitas vezes, pessoas de

⁸⁹ **O Despertador**. Desterro, 6 mar. 1863.

outras nacionalidades eram espancadas nas ruas, pensando-se se tratarem de ingleses. Isso aconteceu no Rio de Janeiro. Ficou proibido falar mal do Brasil nesse tempo. Caso isso acontecesse, a pessoa que fizesse uma injúria contra a pátria corria sérios riscos. Os jornais desse tempo, rivais um dos outros, aproveitavam para atacar o concorrente. Um caso interessante são os ataques entre os dois jornais da província catarinense *O Mercantil e O Despertador*. Contudo, não escapou nem sequer das críticas do *Mercantil* e do *Despertador* o jornal editado pelos descendentes alemães instalado em Porto Alegre.

Neste caso, o jornal *O Mercantil* ⁹⁰ emitiu uma nota dizendo que o jornal alemão de Porto Alegre, *Deutseh Zeitung*, tinha publicado uma notícia ‘injuriosa’ sobre o Brasil, e que a ofensa só foi resolvida depois que o redator foi demitido, e o estabelecimento tipográfico do jornal foi entregue às autoridades brasileiras. O jornal local disse ainda que os ‘representantes da população alemã’ no país ‘condenaram publicamente’ a injúria do jornal *Deutseh Zeitung*. Porém, não é dito que tipo de injúria foi cometida.

Essa notícia não levou de maneira alguma uma reação hostil da parte dos brasileiros sobre os teuto-brasileiros. Muito pelo contrário. O jornal *O Mercantil* deixou claro na mesma nota que o povo alemão residente aqui não tinha nada a ver com as declarações do *Deutseh Zeitung*. Da mesma forma, os jornais das demais províncias, tentavam salientar a mesma mensagem. Os jornais diziam que apesar dos “brios ofendidos” do povo brasileiro, ela não se esquecia de agir como uma nação civilizada, mantendo-se na ordem (principalmente em respeito aos estrangeiros, particularmente os ingleses).⁹¹ O

⁹⁰ *O Mercantil*. Desterro, 8 fev. 1863. p. 2-3.

⁹¹ *O Mercantil*. Desterro, 13 jan. 1863. p. 1.

respeito pelos estrangeiros devia ser levado mais a sério ainda, porque havia notícias que tanto portugueses como americanos, residentes na capital do Império, estavam se alistando para servir contra os ingleses em caso de guerra. Na seguinte reportagem, dizia que “os oferecimentos de voluntários continuam, os brasileiros em massa esperam a primeira [voz], mas consta que tem havido muitos portugueses e americanos que se tem apresentado no arsenal desejando servir contra os piratas”.⁹²

Em relação aos descendentes de alemães em Desterro, as notícias correntes diziam que a Sociedade Patriótica de Tiro, treinava sempre tiro ao alvo com a “Sociedade dos alemães”. No dia 8 de março, um domingo, o jornal *O Despertador* relata que houve exercícios conjuntos entre as duas sociedades: “A sociedade dos Alemães também se exercitou ao lado da Patriótica; e entre ambas reinou a mais perfeita harmonia; franqueando esses cavalheiros as suas armas, que são excelentes, [a] alguns dos sócios da Patriótica, que atiraram com elas”.⁹³ Esses exercícios realizados com a Sociedade Patriótica de Tiro da capital, não aconteceram apenas uma vez, mas se repetiram em outros momentos, mas nesse mesmo contexto de tensão diplomática.

No dia 14 de março, de 1863, tanto a sociedade patriótica como a dos alemães se reuniram novamente para os exercícios de tiro habitual, em que o “alvo é de ferro [e] representa o perfil de um soldado”:

Esta Sociedade e a dos Alemães
continuam nos seus exercícios.
Domingo ultimo, reunidos os

⁹² Ibidem. p. 4.

⁹³ **O Despertador**. Desterro, 10 mar. 1863. p. 1.

sócios em grande nº., havendo abundantes expectadores, exercitaram-se atirando ao alvo. Deram-se 86 tiros; acertaram no alvo 10 balas.

Com clavina de bala esférica 5, pelos sócios Dr. Valle 2, tenente Pinto 1, Ernesto Paranhos 1, Julio Trompovsky 1. Com espingarda de bala forçada 5, pelos sócios Julio Trompovsky 4, Dr. Valle 1.⁹⁴

O que nos surpreende, principalmente aqueles que estudam a história de Santa Catarina dos séculos XVIII e XIX, é o repentino interesse da população local pelos exercícios militares. Como dizia o jornal *O Mercantil*, “os catarinenses estão prontos a sacrificar-se pela sustentação da honra e dignidade da nação”.⁹⁵ Os catarinenses não tinham essa empolgação toda para servir nas forças armadas locais. O recrutamento compulsório era odiado por muitos. Não muito tempo antes de estourar a Questão Christie, o então Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresenta à Assembleia Legislativa Provincial um relatório, em que fala sobre o recrutamento, que “continuam as dificuldades do recrutamento, e continuarão por largo tempo nesta província, onde seus habitantes têm a mais decidida repugnância pelo serviço militar”⁹⁶. A falta de praças para

⁹⁴ **O Despertador**. Desterro, 17 mar. 1863. p. 1.

⁹⁵ **O Mercantil**. Desterro, 18 jan. 1863. p. 1.

⁹⁶ **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina Francisco Carlos d'Araújo Brusque apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2ª Sessão da 10ª Legislatura**. p. 21. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/948/000021.html> Acesso em: 10/10/2011.

preencher uma companhia era constante. Sempre faltavam soldados nos municípios adjacentes, para compor o quadro de polícia, e fazer a devida segurança da cidade.

O relatório de 1863, referente a Desterro, debaixo do título *Força Pública*, nem diz quantos soldados a província tinha, sendo que alguns praças eram oriundos do Rio Grande do Sul;

Além da Guarda Nacional dividida em três comandos superiores, existem aquartelados nesta capital o Batalhão do Depósito, ao qual se acha adida a companhia de inválidos⁹⁷ desta província, o batalhão 12 de infantaria, e um contingente do 1 Regimento d'Artilharia à cavalo, vindos do Rio Grande do Sul em março deste ano (1863).

Fornecem esses corpos, além dos destacamentos das fortalezas, a guarnição diária desta capital. Continua a prestar o serviço, que lhe é próprio, de modo louvável, a Força Policial desta província sob o comando do capitão reformado de 1ª linha José Manoel de Souza Sobrinho.⁹⁸

⁹⁷ Como não existia uma espécie de Previdência Social na época, os inválidos, na verdade soldados doentes, feridos ou incapacitados por alguma razão, permaneciam na ativa, guarnecendo as fortalezas ou atuando em outro local mais conveniente.

⁹⁸ **Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina Francisco Carlos d'Araújo Brusque apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2ª Sessão da 10ª Legislatura.** p. 6. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/950/000006.html> Acesso em: 10/08/2011.

Esse desinteresse pelo engajamento militar desaparece momentaneamente em 1863. Assim como houve nas principais capitais do país passeatas aderindo ao espírito patriótico - como noticiaram os jornais da capital catarinense - aclamando o Imperador como o salvador da nação, em Santa Catarina, mas precisamente na capital, também foi normal, durante 1863, os ânimos da população se exaltarem, e prometerem darem a vida à causa do país, contra os chamados “piratas” ingleses. Por exemplo, ocorreu uma passeata na cidade de Desterro no dia 16 de Janeiro de 1863, uma “sexta-feira a tarde”, onde;

uma grande porção de povo, levando o estandarte nacional a sua frente, e acompanhado da mesma música do batalhão do Depósito percorreu de novo as ruas desta cidade, repetindo os mesmas vivas, tendo antes nomeado uma comissão para em nome do povo certificar a S. Ex. [o presidente da província catarinense, Pedro Leitão da Cunha] que os catarinenses estão prontos a sacrificar-se pela sustentação da honra e dignidade da nação, e fazer ver a S. Ex. o júbilo de que todos os catarinenses se achão possuídos pela maneira com que o Governo Imperial havia salvaguardado a honra da nação brasileira.⁹⁹

Surpreendente, é que durante séculos o governo provincial de Santa Catarina não conseguira arregimentar

⁹⁹ **O Mercantil**. Desterro, 18 jan. 1863. p. 1.

soldados direito para guarnecer e assegurar a defesa do local, e de uma hora para outra, “uma grande porção de povo” dizia-se pronta para se sacrificar pela nação. Contudo, devemos nos perguntar: o que levou essa gente toda para as ruas de Desterro? Com certeza a distribuição de jornais naquela época não era tão grande como hoje. Mas sabemos que as notícias eram rapidamente espalhadas boca-a-boca entre as pessoas. Mas será que isso foi o suficiente para atrair tantas pessoas interessadas pelas provocações do embaixador William Christie?

A questão toda não é duvidar se essas pessoas foram ou não para as ruas de Desterro, garantir ao presidente da província catarinense, Pedro Leitão da Cunha, que eles estavam prontos para a batalha. É possível que personalidades influentes, como Joaquim Augusto, dono do jornal *O Mercantil* e outros políticos locais, vissem nessas ocasiões uma boa oportunidade para se destacar entre seus compatriotas.

Durante a Questão Christie, oportunidades como essas não faltaram para quem tinha visão para se projetar no meio político e social. Durante o ano de 1863, foram feitos arranjos para arrecadação de doações para compras de armas e munições. foram nomeadas comissões especiais em todas as províncias, e em Desterro também, para arrecadar tais donativos. Uma nota que saiu no jornal *O Mercantil* dizia:

E nessa província a comissão central cônica do distinto patriotismo e mais qualidades que enobrecem a pessoa de V.Ex. e dos Exms. cidadãos nomeados á ,margem, resolveu solicitar o concurso de V.Exs. para que formando uma comissão

provincial e nomeando as comissões municipais a paroquiais que julgarem convenientes, procurem realizar a maior soma possível de donativos, que se servirão de remeter ao Tesouro da subscrição o Exm. Sr. Barão de Mauá.¹⁰⁰

Os donativos também estão inclusos entre as demonstrações de patriotismo nesse período. Talvez a movimentação em Desterro no século XIX, ou pelo menos no ano de 1863, nunca tenha sido tão intensa. Talvez isso tenha se prorrogado no ano seguinte, devido à preparação da Guerra do Paraguai. Como já comentado, exercícios de tiro eram frequentes. Uma coisa que não podemos esquecer são os reparos e levantamentos das fortalezas catarinenses. Houve uma grande preocupação nacional para equipar, reparar e construir novas fortalezas para a defesa do litoral brasileiro. É sobre isso que falarei ponderada, e brevemente.

No caso da fortaleza da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, o relatório de 1863, da "Relação das fortificações existentes em cada uma Província do Império, suas denominações; artilharia que tem; posições e importância de 1º de Janeiro de 1863". dizia o seguinte sobre ela:

serve de Registro do Porto [antes do Forte Santa Bárbara, a Fortaleza de Anhatomirim servia para registrar quem chegava em Santa Catarina]. É importante. Tem 49 bocas-de-fogo, sendo 10 peças de ferro de calibres 12 libras, em bom estado, e 15 de

¹⁰⁰ **O Mercantil**. Desterro, 1 mar. 1863. p. 3.

calibre 24 lb (libras), cinco de 18 lb, 18 de 12 lb e uma de 6 lb, todas em mau estado (RELAÇÃO, 1863).¹⁰¹

Com relação à Fortaleza de São José da Ponta Grossa, o relatório de 1863 considera-a “de pouca importância. Estava abandonada por inútil. Constava existir nela 22 bocas-de-fogo, sendo nove peças de calibre 24 libras, duas de 18 lb, seis de 12 lb, uma de 9 lb, duas de 8 lb, uma de 6 lb e uma de 4 lb, todas de ferro em mau estado” (RELAÇÃO, 1863).¹⁰²

Sobre a Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés, o levantamento feito em 1863 “considera essa fortaleza também de pouca importância. (...) Tem 11 bocas-de-fogo, sendo três peças de ferro de calibre 24 libras, cinco de 18 lb e três de 12 lb, todas em mau estado” (RELAÇÃO, 1863).¹⁰³

Um caso espantoso é o levantamento do Forte de São Francisco Xavier localizado na Praia de fora. O terreno onde ele se situava tinha sido vendido para uma

¹⁰¹ RELAÇÃO das fortificações existentes em cada uma das Província do Império, suas denominações; artilharia que tem; posições e importância. 1 de Janeiro de 1863. Manuscrito do Itamaraty. apud TONERA, Roberto. OLIVEIRA, Mário Mendonça de. (Org). **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. CD-ROM.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ RELAÇÃO das fortificações existentes em cada uma das Província do Império, suas denominações; artilharia que tem; posições e importância. 1 de Janeiro de 1863. Manuscrito do Itamaraty. apud TONERA, Roberto. OLIVEIRA, Mário Mendonça de. (Org). **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. CD-ROM.

companhia privada em 1841 a preços medíocres¹⁰⁴, e sido transformado em praça pública em 1862. Porém em 1863, o levantamento feito “informa que esse forte não tem importância. Está situado na Praia de Fora, no revés da cidade. Abandonado, consta existir nele seis peças de ferro de calibre 12 libras, em mau estado (RELAÇÃO, 1863).¹⁰⁵

O Forte de Santana é considerado de “alguma importância. (...) Tem 12 bocas-de-fogo, sendo uma peça de ferro de calibre 9 libras, em bom estado, e três de bronze de calibre 12 lb, quatro de ferro de calibre 12 lb e quatro de 9 lb, todas em mau estado (RELAÇÃO, 1863).¹⁰⁶ O jornal *O Despertador*, de 20 de fevereiro de 1863, diz que houve nesse forte uma manobra militar envolvendo ataque e defesa. Isso aconteceu, segundo notícia o jornal, para mostrar “à qualquer pirata que tente forçá-las para vir nos hostilizar em nossos ancoradouros”.

Já a Fortaleza da Barra do Sul, hoje conhecida como Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, era considerada “importante. (...) Tem 15 bocas-de-fogo, sendo seis peças de bronze de calibre 12 libras, duas de 8 lb e uma de 6 lb, todas em bom estado, e uma de bronze de calibre 8 lb e cinco de ferro de calibre 18 lb, em mau estado (RELAÇÃO, 1863).¹⁰⁷

¹⁰⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972. Pg. 40.

¹⁰⁵RELAÇÃO das fortificações existentes em cada uma das Província do Império, suas denominações; artilharia que tem; posições e importância. 1 de Janeiro de 1863. Manuscrito do Itamaraty. apud TONERA, Roberto. OLIVEIRA, Mário Mendonça de. (Org). **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. CD-ROM.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ RELAÇÃO das fortificações existentes em cada uma das Província do Império, suas denominações; artilharia que tem; posições e importância. 1 de Janeiro de 1863. Manuscrito do Itamaraty. apud TONERA, Roberto.

É perceptível nesses relatórios que algumas fortalezas estavam em “mau estado”, e que algumas variavam em importância. O resultado desses pareceres é consequência dos escassos financiamentos do Império em décadas anteriores para revitalizar o seu aparato defensivo e militar. Caso o Império, desde tempos passados voltasse sua atenção para a defesa, não estaria passando apuros como durante o caso Christie.

Era com esse pensamento que o jornal *O Despertador* dizia:

Esses insultos que temos recebido do estrangeiro, especialmente do amigo John Bull, são mais que suficientes para que o nosso governo por uma vez se convença da necessidade urgentíssima de aumentar a esquadra e exército, de melhorar e ter sempre em bom pé todas as nossas fortalezas, para o que não tem olhado desde que somos nação independente, não obstante os milhares de contos de réis que anualmente se consomem.

Quem se der ao trabalho de somar os milhares de contos de réis, que se têm despendido da independência para cá com a armada, exército e fortaleza e nada vendo, se admirará.

Com esse dinheiro qualquer outra nação teria em bom pé as suas fortalezas e arsenais, um exército pelo menos de 50.000 homens, e uma esquadra de 100 navios, porém, infelizmente o dinheiro dispende-se a rios por esses dois ministérios e nada temos; e causa provém do indiferentismo que faz com que os especuladores apresentem por dez o que só vale um.¹⁰⁸

Se até aqui, a maioria das notícias dos jornais foram sensacionalistas, esta é uma das poucas manchetes que chega perto da realidade durante a Questão Christie. Essa notícia faz-nos pensar como o Brasil, que naquela época praticamente tinha a mesma dimensão dos dias de hoje, conseguiu manter a integridade territorial. Como já foi colocado, pelo dizer de Polidoro Jordão, ministro da guerra, o Brasil só tinha 14.000 praças para guarnecer todo o litoral. E segundo a meta apresentado pelo jornal, se o Império cuidasse de sua defesa, pelo menos teria 50.000 soldados. Esse é um raro momento em que o jornal *O Despertador* ataca o governo Imperial, ao mesmo tempo em que incita o patriotismo.

O Brasil nesse tempo, nunca foi forte para suprir suas necessidades de armamentos totalmente. Além do mais, como disse o especialista e curador de armas portáteis do Museu Militar Conde de Linhares, do Exército, Adler Homero de Castro, o Brasil no século XIX não tinha um sistema de compras de armas centralizado pelo governo, ficando essa responsabilidade dividida entre as províncias, gerando uma falta de padronização de

¹⁰⁸ **O Despertador**. Desterro, 15 maio. 1863. p. 1.

armamentos, o que piorava ainda mais a situação em caso de simples defesa frente ao invasor, nesse caso a Inglaterra. O caso Christie, ainda segundo Adler, “viu uma grande revolução na artilharia, pois a questão Christie tinha evidenciado a obsolescência do material disponível, sendo feitos, portanto, esforços para remediar a situação”.¹⁰⁹ Porém, continua Adler,

as fontes de armamento pesado no período eram escassas: os Estados Unidos estavam envolvidos na sua Guerra Civil, a Inglaterra proibiu que a fábrica Armstrong vendesse para o Brasil, devido aos problemas diplomáticos, e a França resolveu considerar seus canhões La Hitte como segredo.

Somente com a intervenção do Conde d’Eu, descendente da casa real de Or-leans e ex-oficial do exército espanhol, é que se conseguiram comprar canhões na Espanha e França, peças estas que puderam ser copiadas e fabricadas no país.¹¹⁰

Além disso, sabe-se que o governo imperial brasileiro estava na época, no ano de 1863, através do representante francês, Barão des Michels, interessado em construir um encouraçado neste país. A França fez de tudo após o incidente da Questão Christie, para que o Brasil

¹⁰⁹ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai**. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Armamento%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf> Acessado em 22/07/2011.

¹¹⁰ Ibidem.

passasse a ser o seu novo parceiro comercial, tendo em vista que antes dessa briga, o Brasil confiava a indústria inglesa todas as suas encomendas, fosse ela industrializada ou não.¹¹¹ Porém, a corveta *Brasil* só foi construída no início de 1864 nos estaleiros do Seyne, tendo sido lançado ao mar em 2 de dezembro de 1864.¹¹²

Enfim, a situação do Brasil, vista da ótica militar não era das melhores. Mesmo diante dessas circunstâncias, o Imperador não vacilou em se apresentar nas muitas províncias para ver de perto as manobras militares que se realizavam, muitas vezes treinando com os armamentos que tinham a disposição. O governo central disse que tinha feito pedidos de armas para a Europa, mas que os soldados assim como os voluntários podiam se exercitar com pistolas e outras espingardas.¹¹³

Em uma dessas suas visitas para ver os exercícios de tiro, o imperador quase morreu. Isso ocorreu na Fortaleza de São João, Rio de Janeiro. No sexto tiro de um canhão, a peça explodiu matando dois soldados e ferindo mais alguns. Depois desse episódio, a imagem do Imperador foi ainda mais deificada. O caso foi divulgado do seguinte modo:

Sua Majestade o Imperador, acompanhado pelos Srs. ministro da marinha, chefe do quartel general, inspetor de arsenal, capitão do porto, por seus semanários e por seus ajudantes de campo, vice-almirante, barão

¹¹¹ **Relatório da repartição dos negócios estrangeiros.** Rio de Janeiro. Typografia do Correio Mercantil. 1866.

¹¹² *Ibidem.*

¹¹³ **O Despertador.** Desterro, 17 abr. 1863. p. 1.

de Tamandaré e tenente general Cabral, foi ontem assistir ao exercício de artilharia na fortaleza de S. João

Na ocasião em que se fazia fogo na bateria do mar, rebentou depois do sexto tiro uma peça do calibre 24.

A peça fez-se em inúmeros estilhaços dos munhões para a culatra, resultando ficarem mortos os serventes da mesma peça Felisberto Corrêa Pimentel e Caetano Ribeiro Rasquinho e gravemente ferido Lourenço Felisardo da Silva.

Ficaram também feridos o Sr. 2º Tenente Querino José Rodrigues que dirigia a bateria, o Sr. Capitão de cavalaria Hermenegildo Servulo Junqueira, comandante do piquete imperial, e contuso o Sr. Tenente general Cabral.

Sua Majestade estava a uma braça da peça quando se deu o desastre. Sua majestade fez imediatamente transportar os feridos na sua galeota para o hospital de marinha, demorando-se aí até terminarem os curativos.

No desempenho de seus árduos deveres não foi esta a menor ocasião em que o augusto chefe do estado teve de dar provas de sangue frio e corajosa dedicação. É um nobre e belo exemplo o que está dando o Imperador. Tanto mais nobre e belo quanto faz profundo contraste com o desmazelo e criminoso

incúria de muitos chefes responsáveis, a quem de há longos anos estava incumbida a defesa do país.¹¹⁴

Frente ao perigo de que Santa Catarina fosse um dos lugares "ameaçados" por uma invasão inglesa, veio à capital da província, como noticiou *O Despertador*, um contingente de quase 5 mil índios. Esses índios eram oferecidos pelos caciques – não sabemos os seus nomes, muito menos a quais tribos eles pertenciam -, para defender o litoral. Segundo a notícia que foi publicada, se fosse verdadeira a chegada desses índios, eles seriam muito úteis, já que eles poderiam vitimar os invasores com suas emboscadas, e eles seriam deslocados para nessa época de crise, guarnecer as fortalezas, enquanto os soldados regulares atuariam em outros postos mais necessários. O jornal *O Despertador* relatou:

No dia 1 de abril tivemos notícia que estavam a chegar na cidade de S. José alguns caciques que vêm oferecer ao governo da província 4.800 indígenas para ajudarem a defesa do litoral da mesma província; obrigando-se o governo a dar-lhes os fardamentos precisos como julgar conveniente, e a indispensável subsistência enquanto permanecerem no serviço da pátria.

¹¹⁴ *O Despertador*. Desterro, 21 ago. 1863. p. 1.

Se for exata a notícia, escusado será destacar nas fortalezas guardas nacionais, por que esses brasileiros nossos amigos, se encarregarão de exterminar em suas emboscadas os piratas que ousarem desembarcar em qualquer ponto dela.¹¹⁵

Algumas perguntas vêm à nossa cabeça quando lemos essa notícia dos índios. Como por exemplo; como eles souberam que o Brasil estava prestes a entrar em guerra com a Inglaterra? O que motivou esses caciques a oferecerem esse número grande de guerreiros, quase um terço das tropas de todo o contingente brasileiro da época? Será que era mais um boato sem fundamento, que acabou sendo noticiado? Eram esses índios oriundos de Santa Catarina, ou aldeados de outro estado? Seja lá qual forem as perguntas, as respostas não são dadas. Esse acontecimento é singular, pois além de se passar em Desterro, uma província pequena em comparação às grandes províncias como Rio de Janeiro, Bahia e Paraíba, só sabemos que algo similar ocorreu no estado do Ceará, graças a charge publicada na *Semana Ilustrada* do Rio de Janeiro de 1863.

Um outro parênteses que devemos abrir ainda quando o assunto é o caso Christie, e a província de Santa Catarina é: aonde estavam os negros? Já vimos anteriormente que os quilombolas do Maranhão estavam prontos para ajudar os ingleses caso a guerra começasse, visto que eles sabiam que se a Inglaterra ganhasse, eles obteriam a liberdade. Mas os dois jornais da capital

¹¹⁵ **O Despertador**. Desterro, 4 abr. 1863. p. 1.

catarinense, *O Despertador* e *O Mercantil*, fora os avisos de compra e venda de escravos que saíam nas páginas de seus periódicos, não mencionam uma vez que os negros dessa província estivessem a par desse episódio, ou que houvesse algum levante entre eles ao ouvirem sobre essa briga diplomática.

É interessante notar um intrigante caso, envolvendo dois escravos em Desterro durante a Questão Christie, mais precisamente em Julho de 1863. A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, situada na entrada da baía norte, era o principal entreposto para navios. Certa vez, dois escravos de um cidadão de Desterro, comunicou a polícia a fuga de dois de seus escravos. O chefe de polícia, Bellarmino Peregrino da Gama e Mello, pediu para o Presidente da Província alertar o comandante da fortaleza, para quando fosse visitar essas embarcações, averiguar se aqueles dois escravos não partiriam a bordo de embarcações norte-americanas. O relatório policial, para facilitar a identificação desses dois foragidos, especificou até mesmo suas características físicas. O relatório dizia:

“Representando-me o cidadão João da Silva Ramalho Pereira, que, tendo-lhe fugido dois escravos de sua propriedade, cujos nomes e sinais constam da inclusa nota, receia que se queiram eles embarcar em os navios norte americanos, que se achão ancorados na fortaleza de Santa Cruz; rogo a V.Ex^a para que se digne recomendar ao Comandante da dta fortaleza, que, na ocasião da visita a esses navios, quando estiverem para sair, apreenda esses escravos, se por ventura aí forem encontrados.

Sinais característicos dos escravos de João da Silva Ramalho Pereira;

Thomás, crioulo, de 25 anos de idade, cor preto, cabelos grenhos, estatura regular, beiços grossos, olhos pardos.

Luis, cor parda, idade 22 anos, estatura regular, princípio de barba, pés grandes, e é um pouco trôpego no andar.

Secretaria de Polícia de Santa Catarina 1º de Julho de 1863 – Secretário de Polícia Augusto Galdino de Souza”¹¹⁶

Não foi possível saber o desfecho desse caso. Se os escravos foram pegos, se foram recrutados para a mobilização das tropas da Província para treinamento com o fim de combater os ingleses, ou até mesmo se conseguiram fugir. Na verdade, diferente dos registros policiais da década de 1864 em diante - no período da Guerra do Paraguai -, onde se registra a prisão de certas pessoas para o uso delas para o recrutamento forçado e envio para os campos de batalha, não foram localizados nos registros de polícia do arquivo público do estado catarinense, nenhuma referência de aprisionamento e uso desses presos para o engajamento forçado durante a Questão Christie, mesmo que fosse de escravos.

Sobre essa última questão, é interessante dizer que não só os jornais, mas nenhuma outra fonte, deixa transparecer que tenha havido recrutamento forçado como nos moldes

¹¹⁶ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Ofícios do chefe de polícia para o presidente da Província (1863/1866)**. Caixa 25. p. 34.

da preparação da Guerra que ia haver com o Paraguai. Isso talvez não tivesse acontecido, por que tanto o governo brasileiro como britânico já soubessem que esse problema diplomático não ia resultar em conflito militar – mas também não poderiam arriscar tanto nessa certeza -. O segundo motivo, talvez, fosse pelo fato de que como as duas nações em litígio não declararam guerra oficialmente, o governo de Dom Pedro II não viu o porquê recrutar às pressas braços para a guerra, ao contrário da Guerra do Paraguai, quando após a declaração oficial de guerra, os esforços para o recrutamento foram intensivos.

Capítulo 3 - O fim da Questão Christie

A Questão Christie podia ter acabado sem muita demora. Se dependesse dos homens de negócios da Inglaterra, e com certeza de negociantes brasileiros, as relações diplomáticas entre ambos os países se reataria rapidamente. Estudando a Questão Christie a fundo, percebemos que o conflito só se prolongou pois os dois países não queriam ceder ou reconhecer suas faltas.

O jornal *O Mercantil* de 16 de abril de 1863, coloca na íntegra a discussão que houve no parlamento inglês que durou sete horas, onde de um lado, houve apoiadores da causa brasileira, e do outro, aqueles que acreditavam piamente que a atitude do embaixador Christie e as investigações de M. Vereker, sobre as causas do naufrágio do Prince of Wales, tinham como responsáveis diretos, o governo brasileiro. Falando em defesa do Brasil, o “Sr. Seymour Fitzgerald historiou as duas questões, mostrou que não havia provas de roubos, nem de assassinatos (no caso do Prince of Wales). A proposta de arbitramento pelo modo porque foi feita era impossível que o governo do Brasil acedesse”.¹¹⁷ A discussão no parlamento britânico, reproduzido no *O Mercantil*, se baseou mais na análise de ter havido ou não exagero nas decisões feitas pela Inglaterra referente ao Brasil, e se houve descaso do governo imperial brasileiro em aplicar as devidas providências para apurar os supostos assassinos do Prince of Wales, e abuso de poder infligido aos marinheiros ingleses da Fragata *Forte*.

Seymour Fitzgerald, estava reconhecendo o modo imperialista com que o seu governo tratava nações

¹¹⁷ *O Mercantil*. Desterro, 16 abr. 1863. p.2.

consideradas subalternas. Porém, quando a Inglaterra se deparava com potências com o mesmo porte, ou com mais poder que ela, como era o caso na época da Rússia e do Império Otomano, as coisas se faziam de outra maneira.

Um outro parlamentar que tentou remediar o caso a favor do Brasil, foi Bramley Moore. Ele disse que os boatos, ditos pelo próprio governo inglês, de que os moradores da praia do Albardão eram “ladrões de naufragos e assassinos”, era injusto. Para mostrar que esses boatos eram uma calúnia, Moore deu o caso dos próprios ingleses, moradores de Cornwall,

esses industriais ingleses que usam de mil estratégias para atrair os navios sobre os recifes da costa e depois apoderam-se dos destroços dos naufrágios. Demais, qual podia ser a importância do roubo á vista da natureza do carregamento do Prince of Walles? Esse carregamento constava de barris de pregos, peças de ferro fundido, barris de soda em pó, carvão, tintas, louça, quarenta caixas de mercadorias diversas e vinte fardos de pano. À parte dessa carga, que poderia vir até a praia, justifica a reclamação?¹¹⁸

O Brasil nessa época, disse Moore, era um dos melhores “fregueses do reino unido”, onde o Brasil tanto abria as portas para as “companhias” inglesas, como também recebia vultosos “empréstimos de capitães

¹¹⁸ **O Mercantil**. Desterro, 16 abr. 1863. p. 1.

ingleses”. Por isso, a Inglaterra, no ver de Moore, estava chorando por perder uma gota em um oceano.

Encerrando o seu discurso, o Sr. B Moore disse que

as questões se teriam resolvido pacificamente se o ministro inglês no Rio de Janeiro houvesse procedido com tino e discrição. Ao cônsul Vereker (que fez as investigações representando a coroa inglesa no naufrágio Prince of Walles) e ao ministro Christie deve-se atribuir na maior parte o conflito que se deu, e cuja dolorosa lembrança julgou [...] se conservará por muitos anos no espírito dos brasileiros.¹¹⁹

Christie carregou e até hoje carrega a infâmia de levar em suas costas a responsabilidade de ser o ponta de lança dessa mal conhecida e estudada questão, que figura até hoje como a mais grave crise diplomática que o Brasil já teve, em relação a um país europeu. Mas houve no parlamento aqueles que defenderam a causa inglesa. Por exemplo, o advogado Collier disse

que o governo inglês tem obrigação de proteger os seus súditos, e que, de acordo com o direito internacional, o meio de protegê-los é fazer represálias contra a propriedade oficial que supõe-se ofendido alguns súditos ingleses (como o aprisionamento

¹¹⁹ *Ibidem.* p. 1.

das embarcações em território brasileiro).¹²⁰

O Brasil tinha recebido simpatias de outros países da Europa, em solidariedade as apreensões dos barcos nacionais pelos ingleses. O governo de Portugal foi um dos que manifestaram suas vivas em relação a atitude do Brasil, externando suas opiniões através do jornal *Comércio de Lisboa*¹²¹. O monarca português Dom Luís I, sobrinho de Dom Pedro II, fez o possível para reatar as relações entre Brasil e Inglaterra, acionando o seu representante em Londres, o Conde de Lavradio, para negociar com o Lord John Russell, o Ministro de Negócios Estrangeiros da Coroa Britânica. Em maio de 1864, Dom Pedro II disse que “tendo o governo britânico aceitado a mediação oferecida pelo de Sua Majestade Fidelíssima, aceitou o governo brasileiro tão graciosa oferta, esperando que em breve tenha esse negócio a desejada solução”.¹²² Um outro país que tomou a dianteira, não só em prestar solidariedade ao Brasil, como no interesse de mediar a questão entre os dois países litigantes, foi a Bélgica. Desde o início, o Imperador deixou bem claro para a Inglaterra, que só aceitaria mediação no caso dos marinheiros presos na Tijuca, apurando se houve ou não abuso de poder por parte dos militares brasileiros.¹²³ No caso do Prince of Wales, o Brasil não aceitou que houvesse intermediário, pois entendeu-se que por parte das autoridades

¹²⁰ **O Mercantil**. Desterro, 16 abr. 1863. p. 1.

¹²¹ **O Despertador**. Desterro, 13 mar. 1863. p. 2.

¹²² Caixa nº 207 do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em Lisboa. Apud SILVEIRA, Mauro César de. **Adesão fatal**: a participação portuguesa na Guerra do Paraguai. Porto Alegre: EDIPUCRS: 378 p.- (Coleção Nova et Vetera; 6).

¹²³ **O Mercantil**, 18 jan. 1863. Pg. 3.

competentes nacionais, não houve assassinatos, mas que tanto as mercadorias como os mortos, tiveram o seu fim por força das mesmas razões que fizeram o barco ir à deriva. O rei dos Belgas nesse tempo, era Leopoldo I, tio e conselheiro da rainha Vitória da Inglaterra,¹²⁴ e que tinha dado parecer favorável ao Brasil.

O Brasil nunca viu restituído o dinheiro que a Inglaterra pediu como indenização do Prince of Wales, cujo valor foi de 6. 525 Libras e 19 cents, mesmo que nesse caso o Brasil também tenha ficado inocentado pelo ocorrido. A Questão Christie acaba inesperadamente quando por outro lado, o Brasil se vê na obrigação de intervir nos assuntos internos do Uruguai, que acarretará mais tarde, no conhecido conflito abrangendo Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, no que viria a ser conhecido como Guerra do Paraguai.

¹²⁴ ECEME. **Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**: curso de preparação e seleção Escola Marechal Castello Branco. 2009. Rio de Janeiro. p. 74. Disponível em: <http://www.ensino.eb.br/cpeceme/docsinformativos/4Informativo2009Nr113.pdf>. Acesso em: 19/06/2013.

Conclusão

Até hoje, o caso da Questão Christie é muito pouco estudado. Cabe a nós historiadores pesquisar e entender aqueles assuntos que tão intensamente afetaram a sociedade, como foi a Questão Christie. Como já decorrido ao longo do trabalho, o caso Christie serviu no início da Guerra do Paraguai, para o recrutamento de cidadãos, mexeu com a imprensa nacional e fez aquilo que o exército em toda a sua existência sempre tentou: arregimentar recrutas para as suas fileiras.

O cinismo é claro, não está somente por parte do “agressor”. O Brasil soube usar as atitudes arbitrárias da Inglaterra frente a comunidade internacional – com a mediação da Bélgica e Portugal -, mas ao mesmo tempo atuava com rudeza frente aos seus vizinhos latino-americanos, ameaçando-os com guerra como no caso do Peru. Isso desconstrói um pouco aquela imagem do Brasil como país de tradições pacifistas, como teimam em afirmar algumas pessoas. Lembremo-nos que o Brasil, ainda como colônia, invadiu a Guiana Francesa em 1809, após a chegada da família real, em represália a invasão da França em Portugal. Temos as constantes invasões militares por parte do Brasil no Uruguai no século XIX. Temos a vitória do Brasil nos acordos territoriais com seus vizinhos no final do século XIX e início do XX, tendo como instrumento de convencimento uma declaração de guerra, caso eles não concordassem com os termos impostos pelo estado brasileiro.

Ainda sobre a Inglaterra em 1863, vimos quão hipócrita era o humanismo por ela difundida sobre os escravos. Os valores cristãos e as idéias abolicionistas, muitas delas vindas do grupo religioso britânico chamado *Quaker*, do século XVII, eram pragmáticas.

Sobre os jornais que noticiaram a *Questão Christie*, é interessante perceber o seu papel dual na sociedade. Por um lado, o jornal é um instrumento poderoso para mobilização das massas em um período de comoção. Graças a propagação de informações, o Imperador Dom Pedro II consolidou a sua imagem como o pai da nação. Por outro lado, vemos que os meios de comunicação não são tão neutros quanto se pensa. Muitos deles são geridos por personalidades políticas, e como eles detêm um veículo de informação e podem trabalhar para que as pessoas passem a compartilhar com os pensamentos dessa elite.

Esses mesmos jornais não deram “voz” para quem foram o cerne de todo o imbróglio diplomático, os escravos. Em Santa Catarina, eles não aparecem como sujeitos ativos desse processo. Aliás, eles não aparecem em lugar nenhum. Não sabemos se os escravos em Desterro tinham conhecimento que o seu papel era importante. Com certeza, termos hoje essa dúvida pode revelar mais a nossa ingenuidade do que a ingenuidade dos escravos ou alforriados da cidade. Eles eram bem informados, e tinham contatos indiretamente ou diretamente com as pessoas que estavam familiarizados com o assunto.

A *Questão Christie* vai muito além da historiografia, como mostrado no presente trabalho. Foi impossível trabalhar esse tema sem fazer uma contextualização do que estava se passando naquele ano, tanto no Brasil como na Inglaterra. É impossível estudar esse tema sem pesquisar a questão do recrutamento, sem estudar a história militar, sem estudar as relações internacionais e sem ter a mínima noção de jornalismo.

O estudo sobre a *Questão Christie* de forma alguma se esgotou. O que foi apresentado aqui foi um pequeno prelúdio. A sensação que fica é que poderia ser

estudado e pesquisado mais, e talvez ter ficado claro. O historiador às vezes fica com a impressão que aquilo que pesquisou não foi o suficiente, como é o caso deste trabalho. Se isso acontece, em parte ficamos aliviados, pois o trabalho que se julga ser, ou estar esgotado, não é digno de ser pesquisado.

Fontes Primárias

BPESC - Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

- **Jornal "O Mercantil" (1861-1869)**
- **Jornal "O Despertador" (1863-1885)**

APM - Arquivo Público Mineiro

- **Jornal "O Compilador"**

Relatórios Ministeriais

Relatório da Repartição dos negócios estrangeiros apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo respectivo ministro e secretário de estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro. Typografia Universal de Laemmert. 1852.

Relatório da repartição dos negócios estrangeiros. Rio de Janeiro. Typografia do Correio Mercantil. 1866.

RELAÇÃO das fortificações existentes em cada uma das Província do Império, suas denominações; artilharia que tem; posições e importância. 1 de Janeiro de 1863. Manuscrito do Itamaraty.

Relatório do Presidente da Província de Santa Catarina Francisco Carlos d'Araújo Brusque apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2ª Sessão da 10ª Legislatura.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da diplomacia econômica no Brasil**: as relações econômicas internacionais no Império. São Paulo, SP: Ed. Senac. 2ª Ed. 2001.

ANDRADE, Maria G.L de. **Resumo da História do Brasil**. Tipografia Siqueira, São Paulo, 1928.

ANDERSON, Benedict. **COMUNIDADES IMAGINADAS**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo?. Tradução Catarina Mira. Lisboa: Edições 70, 2005. p. 25.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1972. Pg. 40.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**; a elite política imperial. Editora Record, Rio de Janeiro, 2003, 459 p.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai**. Disponível em:

<http://bndigital.bn.br/guerradoparaguai/artigos/Adler%20Armamento%20da%20Guerra%20do%20Paraguai.pdf>

Acessado em 22/07/2011.

DIAS, Thiago Cancelier. **Questão religiosa catarinense**: as disputas pelo direito de instruir (1843-1864). 2008. 152 p. Dissertação (Migrações, Construções

Sócio-Culturais e Meio-Ambiente). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

ECEME. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: curso de preparação e seleção Escola Marechal Castello Branco. 2009. Rio de Janeiro. p. 74. Disponível em:

<http://www.ensino.eb.br/cpeceme/docsinformativos/4Informativo2009Nr113.pdf>. Acesso em: 19/06/2013.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **A industrialização brasileira sob a hegemonia britânica no longo século XIX.** TCC. 2009. 75 p. UFSC. Florianópolis.

GARCIA, Figueira Divalte. **Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai.** São Paulo: Humanitas FFLCH-USP: FAPESP, 2001. 245 P.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos:** mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005. Pg. 190-191.

KORACAKIS, Teodoro. Machado de Assis, colaborador da Semana Ilustrada (1860-1875). **Philologus.** 2011. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/machado_de_assis/Machado%20de%20Assis,%20colaborador%20da%20Semana%20Ilustrada%20\(1860%20E2%80%93201875\).pdf](http://www.filologia.org.br/machado_de_assis/Machado%20de%20Assis,%20colaborador%20da%20Semana%20Ilustrada%20(1860%20E2%80%93201875).pdf) Acessado em: 22/07/2011.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no Sul do Brasil.** Letras Contemporâneas. 1996.

LOPES, Hélio. **Letras de Minas e Outros Ensaios**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

MACÊDO, José Emerson Tavares de. A cidade de Londres no século XIX: uma abordagem sobre os marginalizados. **Alpharrabios**. UEPB.

MAMIGONIAN, Beatriz G. O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850. In: **II Encontro “Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional”**, 2005, Porto Alegre. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos2/beatriz%20mamigonian%20completo.pdf> Acessado em: 21/11/2013.

MAMIGONIAN, Beatriz G. O tráfico ilegal e a instabilidade da propriedade escrava no século XIX. In: **Seminário Internacional "O século XIX e as novas fronteiras da escravidão e da liberdade"**. Rio de Janeiro. 2009. p. 5. Disponível em: http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/BMamigonian_Hermes%20e%20Clcio.pdf Acessado em: 23/07/2011.

MANOEL, Paula Scheidt. O Despertador, jornal catarinense do século XIX. **Rede Alcar**. Santa Catarina. Ano 5. n. 56-01. 1 set. 2005. Disponível em: http://www2.metodista.br/unesco/rede_alcar/rede_alcar_57/rede_alcar_nucleos_catarinense_o_despertador.htm Acesso em: 30/11/2013.

MEDEIROS, Roberto Carvalho de. **O patriotismo no Brasil**. Disponível em:

<http://www.sagres.org.br/artigos/patrbras.pdf> Acessado em 17/06/2013.

MARTINELLO, André Souza. **Insulares santas catarina:** construção territorial, vínculos de pertencimentos e discursos da desintegração (1950-1970). 2012. 141 p. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis.

OROPALLO, Maria Cristina. **A presença de Nietzsche no discurso de Foucault.** 2005. 195 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade São Judas Tadeu. São Paulo.

PAULO, Roberto de Almeida. **Formação da diplomacia econômica no Brasil:** as relações econômicas internacionais no Império. São Paulo. Ed. Senac. 2001. Pg. 192.

PIAZZA, Walter: **Dicionário Político Catarinense.** Florianópolis : Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PIRES, João Ricardo Ferreira. **Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais:** política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881). Dissertação Mestrado. UFMG. 2007.

PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado:** a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis. UFSC. 1995.

RODRIGUES, José Honório. et al. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p 181.

RODRIGUES, José Honório. et al. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SARAIVA. José Antônio. **Relatório da repartição dos negócios estrangeiros**. Rio de Janeiro. Typografia do Correio Mercantil. 1866.

SCHWACZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

SEIDLER, Carl Friedrich Gustav. Seidler. In: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Assessoria Cultural, 1979.

SILVEIRA, Mauro César. **Adesão fatal**: a participação portuguesa na Guerra do Paraguai. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2003.

SOUZA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brazil**. IHGB. Rio de Janeiro. 1885.

TELLES, Angela Cunha da Motta. **Desenhando a nação**: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. Brasília: FUNAG, 2010, 316.

TELLES, Angela Cunha da Motta. A elaboração da produção simbólica da nação: a Semana Ilustrada na cobertura da Questão Christie (1863). **ANPUH - XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** - Londrina, 2005.

TONERA, Roberto. OLIVEIRA, Mário Mendonça de. (Org). **As defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786 de José Correia Rangel** . Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. CD-ROM. Apud. RELAÇÃO das fortificações existentes em cada uma Província do Império, suas denominações; artilharia que tem; posições e importância. 1 de Janeiro de 1863. Manuscrito do Itamaraty.